



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

**BRUNA FREITAS DE CARVALHO**

**MÓDULO DE RESPEITO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: UMA ALTERNATIVA  
AO CAOS PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

BRASÍLIA

2011

**BRUNA FREITAS DE CARVALHO**

**MÓDULO DE RESPEITO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: UMA ALTERNATIVA  
AO CAOS PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharel em Direito do  
Centro Universitário de Brasília.  
Orientador: Prof. Edson Ferreira

**BRASÍLIA**

2011

**BRUNA FREITAS DE CARVALHO**

**MÓDULO DE RESPEITO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: UMA ALTERNATIVA  
AO CAOS PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharel em Direito do  
Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Edson Ferreira.

Brasília, 21 de outubro de 2011.

**Banca examinadora**

---

Professor Edson Ferreira  
Orientador

---

Professor Lázaro Ramos  
Examinador

---

Professora Carolina Abreu  
Examinadora

Dedico o presente trabalho à minha mãe,  
mulher guerreira e valente, que superou todos  
os obstáculos que a vida lhe impôs para que eu  
pudesse hoje realizar este sonho.

Mãezinha amada, meu sucesso à Você..

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Pai Celestial, que nunca me abandonou, e que, através da espiritualidade sempre me guiou pelo caminho do bem, me mostrando a cada dia como me tornar uma pessoa melhor. Senhor, sei que ainda há muito a fazer!

Em especial, à minha mãe que fez enormes sacrifícios para que eu pudesse realizar meus sonhos e hoje concluir este trabalho. Saiba, mãezinha querida, que eu me orgulho muito de você, que sempre foi uma mãe maravilhosa! Você fez de mim a mulher que sou hoje e espero um dia, retribuir tudo que fez e faz por mim;

À minha família e amigos, que sempre estiveram ao meu lado me dando apoio e incentivo;

Ao meu namorado pelo carinho e paciência mesmo nos piores momentos;

Às minhas meninas, Mel e Nina, pela doçura e alegria que sempre trouxeram para o nosso lar;

Agradeço ainda (muito!) ao meu orientador e professor Edson Ferreira, pela disposição em me orientar, por acreditar no meu potencial e pelos preciosos ensinamentos, sem os quais não seria possível desenvolver esta monografia.

Obrigada ainda a todos aqueles os quais não foi possível citar neste singelo agradecimento! O amor é muito e as linhas nunca serão suficientes.

Ao final destes cinco anos, olho para trás e vejo que tudo valeu a pena.

Tempo virá, uma vacina preventiva de erros e violências se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens, imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro, estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado.

Cora Coralina.

## RESUMO

Esta monografia visa demonstrar a crise penitenciária brasileira, que cresce como problema de política pública diante de um processo de encarceramento em massa, não se limitando à realidade do Brasil, podendo ser verificada nos mais diversos modelos prisionais, nos quais não há um trabalho que objetive a recuperação e ressocialização do indivíduo preso. Nesse sentido, apresenta o projeto do Módulo de Respeito, implantado com sucesso no município de Aparecida de Goiânia, no vizinho Estado de Goiás, como alternativa possível ao caos penitenciário vivido pelo país, expondo suas características, requisitos e resultados, que puderam ser atestados mediante visita *in loco* e entrevista com a gerência do projeto, ambos registrados neste trabalho. O objetivo principal é demonstrar a necessidade de uma política pública que contemple o encarcerado como cidadão enfatizando uma política educacional que os alcance e os capacite de modo a mostrar um caminho digno para viver, com cidadania e nos limites da lei, sugerindo o Módulo de Respeito como referência extremamente positiva e uma esperança o cenário de crueldade vivenciado no sistema de cárcere do Brasil.

**Palavras chaves:** Sistema penitenciário. Brasil. Crise carcerária. Ressocialização. Preso. Módulo de Respeito. Aparecida de Goiânia. Trabalho. Educação. Vivência em comunidade.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS NO MUNDO .....	10
1.1. Sistema norte americanos .....	11
1.1.1. Evolução do sistema penal norte-americano .....	18
1.2. Alguns sistemas penais europeus .....	22
1.2.1. Sistema panóptico .....	22
1.2.2. Sistema progressivo inglês .....	25
1.2.3. Sistema espanhol de Montesinos .....	28
1.2.4. Sistema sueco .....	32
1.2.5. Sistema progressivo irlandês .....	35
2. O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	38
2.1. Cenário contemporâneo .....	38
2.2. Alguns casos exemplificativos do caos .....	43
2.2.1. O caso do “Distrito Modelo” de Fortaleza .....	44
2.2.2. O caso do Presídio Professor Aníbal Bruno – PE: o campeão da superlotação .....	47
2.2.3. O caso do Presídio carioca Evaristo de Moraes: Onde os direitos básicos têm preço. ...	48
3. MÓDULO DE RESPEITO: O PROJETO .....	52
3.1. Implantação do Módulo e sua estrutura .....	52
3.2. Funcionamento do projeto .....	60
3.2.1. As comissões compostas pelos internos .....	62
3.2.2. Os grupos e os alojamentos .....	64
3.2.3. As avaliações a que são submetidos os internos .....	66
3.3. A parceria entre a Hering Store e o Módulo de Respeito .....	68
3.4. O ensino proporcionado aos participantes do Projeto .....	70
CONCLUSÃO .....	72
REFERÊNCIAS .....	75
APÊNDICE A .....	77
ANEXO A .....	82



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a apresentar uma alternativa à crise penitenciária que o sistema carcerário brasileiro tem vivenciado, na qual o número de encarcerados tem crescido gradativamente, superando em muito a capacidade dos estabelecimentos prisionais para abrigá-los.

Para uma maior compreensão da proposta que será apresentada no último capítulo como possível solução ao caos penitenciário enquanto o mecanismo de encarceramento existir, esta monografia se subdividirá em três partes.

A primeira seção apresentará, partindo de uma análise histórica, alguns sistemas penitenciários já aplicados nos Estados Unidos e na Europa, berços das prisões como são entendidas hoje. A segunda busca demonstrar a situação caótica na qual o sistema penitenciário brasileiro está imerso. A terceira seção, por fim, destina-se ao projeto implantado no Estado do Goiás, batizado de Módulo de Respeito, que apresenta-se como uma solução real e com resultados extremamente satisfatórios, ao cenário de sofrimento e desrespeito aos indivíduos presos que vem sendo vivenciado no Brasil.

No primeiro capítulo, ao apresentar ao leitor uma breve exposição de modelos penitenciários experimentados em alguns países, como Estados Unidos e Suécia, entre outros, pretende-se a compreensão da necessidade de se enxergar o indivíduo encarcerado com merecedor de uma política de ressocialização por parte do Estado, demonstrando que apenas isolá-los e mantê-los afastados do convívio social não surte efeitos no que tange a redução da criminalidade, tampouco recupera tais cidadãos.

Em seguida, o segundo capítulo visa expor a situação do sistema carcerário brasileiro, demonstrando através da narração de casos reais e dados obtidos junto ao Governo Federal e estadual, que o funcionamento dos estabelecimentos prisionais brasileiros, da maneira que está sendo conduzido, não colabora para a recuperação dos presos ali detidos, e muito menos, funciona como mecanismo eficaz na redução dos índices de infrações à legislação vigente.

Após contextualizar o universo penitenciário e apresentar o cenário dramático no qual se encontram as prisões no Brasil, o terceiro capítulo apresenta o Módulo de Respeito de Aparecida de Goiânia, um projeto implantado no vizinho estado de Goiás, que visa recuperar os internos participantes através da recuperação de sua dignidade como seres humanos e cidadãos, baseando-se para tanto, no chamado tripé, no qual sustenta-se, qual seja: **Trabalho – Educação – Vivencia em comunidade.**

Para tanto, foi realizada uma visita *in loco* ao Módulo de Respeito para a coleta de dados e informações, que estão contidas na terceira seção da presente monografia, de modo a demonstrar a aplicabilidade e viabilidade do projeto no restante do país, como alternativa ao caos penitenciário que o Brasil tem vivido.

Neste ínterim, a conclusão do trabalho pretende demonstrar que submeter o indivíduo preso a um ambiente no qual possa trabalhar, estudar e se relacionar com os outros mediante regras e valores baseados no respeito e na compreensão, permite ao interno rever sua conduta e se preparar para o convívio social que enfrentará ao retomar sua liberdade. Nesse sentido, o Módulo de Respeito apresenta-se como uma alternativa extremamente positiva, viável e que deve ser disseminada como mecanismo capaz de frear a reincidência e o aumento da criminalidade no país.

## 1. EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS NO MUNDO

O embrião das prisões no mundo como são hoje, se deu na Europa, sucedido pelos Estados Unidos, de forma a compor o sistema capitalista industrial da época.<sup>1</sup>

O trabalho, em ambos os continentes, era a maneira de disciplinar os presos nas prisões, mesmo quando aplicado de maneira excessivamente rígida. Entretanto, na América Latina do século XIX, não havia o avanço e desenvolvimento industrial existente nestes continentes, sendo formada basicamente por economias rurais.<sup>2</sup>

Assim, de acordo com o professor britânico Roger Matthew<sup>3</sup>, na América Latina, a questão prisional era vista sob outra ótica, na qual o foco não era a ressocialização do detento, sendo as prisões apenas locais destinados a confinar os que infringiam a lei local.

Durante o século XIX, a ideologia era basicamente positivista, nesse sentido, os estudiosos de Direito Penal identificavam os tipos penais, e criavam métodos para ressocializar os indivíduos<sup>4</sup>, conforme Roger Matthew<sup>5</sup> “[...], sobretudo através do silêncio reflexivo e, numa menor medida, o trabalho e a educação”.

Enquanto em alguns países, mesmo de maneira arcaica, o foco dos sistemas penitenciários fosse ressocializar o indivíduo, em outros, especificamente nos países latino-americanos, as prisões apenas retinham os acusados a espera de julgamento ou serviam de depósito aqueles já condenados.<sup>6</sup>

Conforme explicação do professor Roger<sup>7</sup>, em regra, os países nos quais o sistema judiciário se baseia em processos inquisitoriais, há uma tendência para que as prisões percam a função de ressocialização. Nesse sentido, em relação às prisões na América Latina, o autor relata:

---

<sup>1</sup> MATTHEWS, Roger. *Um guia realista para a reforma prisional na América Latina*. Londres: London South Bank University, 2011.

<sup>2</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>3</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>4</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>5</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>6</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>7</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

Várias prisões que começaram por ser símbolos de progresso tornaram-se, com o tempo, alvos de crescente número de críticas. O encarceramento passou a ser visto como um fracasso no que toca à redenção e ressocialização dos delinquentes, ao mesmo tempo que diferentes tipos de delinquentes, como homens, mulheres e crianças, ficavam presos juntos.<sup>8</sup>

Deste modo, ao comparar os sistemas penitenciários já aplicados em algum momento no mundo, resta claro que enquanto na Europa e nos Estados Unidos a pena a ser cumprida pelo condenado possuía uma fixação temporal que determinava o período de seu cumprimento, nos países latino-americanos as prisões apenas incapacitavam os detentos e impediam o seu convívio com a sociedade.<sup>9</sup>

Assim, faz-se necessária uma discussão dos sistemas penitenciários contextualizada em relação ao meio no qual eram aplicados, de modo a permitir um entendimento do que vem a ser hoje o sistema carcerário de cada região, partindo da análise histórica dos sistemas já aplicados nos Estados Unidos e na Europa, berços das prisões como são hoje.<sup>10</sup>

### ***1.1. Sistema norte americanos***

Os Estados Unidos tem sido nos últimos anos o país mais encarcerador do mundo, estando em primeiro lugar no ranking dos países com a maior taxa de presos por grupo de 100.000 habitantes<sup>11</sup>, que, de acordo o Professor Edson Ferreira<sup>12</sup>, é a “referência convencionada como a unidade de medida que indica a maior ou menor propensão da política local em relação ao aprisionamento de infratores”.

A análise dos dados obtidos com base nesse indicador, relacionando o número de presos e o número de habitantes de determinada região, apresenta variações anuais, uma vez que provenientes de estatísticas colhidas periodicamente, entretanto, nos permite

---

<sup>8</sup> MATTHEWS, Roger. *Um guia realista para a reforma prisional na América Latina*. Londres: London South Bank University, 2011.

<sup>9</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>10</sup> MATTHEWS. *Ibidem*.

<sup>11</sup> FERREIRA, Edson. *A segregação prisional como controle social e as lacunas da política pública na área penitenciária*, 2008, disponível em <[http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO\\_ENSAIO\\_SEGREGACAO.pdf](http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO_ENSAIO_SEGREGACAO.pdf)>, acesso em 09 jun. 2011.

<sup>12</sup> FERREIRA. *Ibidem*.

verificar que os países das Américas, encontram-se entre os mais encarceradores do mundo<sup>13</sup>, como se demonstra a partir do gráfico a seguir, elaborado pelo Professor Edson Ferreira em seu estudo sobre a segregação prisional:

**Tabela 1 – Relação de presos por macrorregiões<sup>14</sup>**

Macrorregiões	Número de presos	Relação percentual
1. Américas	3.243.287	35,4%
2. Ásia	3.183.147	34,8%
3. Europa	1.856.863	20,3%
4. África	832.763	9,1%

Conforme se extrai do gráfico, a macrorregião das Américas apresenta-se com um índice percentual elevado de presos por grupo de 100.000 habitantes, sendo responsável por mais de um terço do total de presidiários no mundo.<sup>15</sup>

Dentre os países das Américas, os Estados Unidos apresenta-se como o mais encarcerador<sup>16</sup>, como se pode observar no gráfico do Professor Edson Ferreira, que compara os países do continente com as maiores taxas por grupo de 100.000 habitantes:

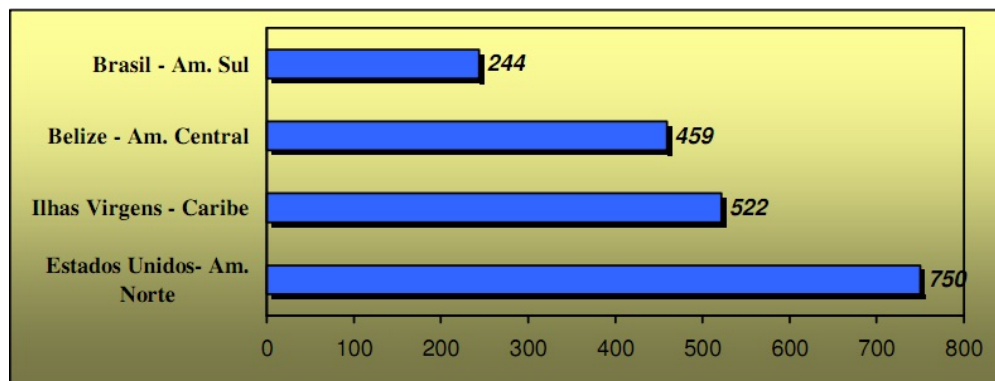
<sup>13</sup> FERREIRA, Edson. *A segregação prisional como controle social e as lacunas da política pública na área penitenciária*, 2008, disponível em <[http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO\\_ENSAIO\\_SEGREGACAO.pdf](http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO_ENSAIO_SEGREGACAO.pdf)>, acesso em 09 jun. 2011.

<sup>14</sup> FERREIRA. *Ibidem*.

<sup>15</sup> FERREIRA. *Ibidem*.

<sup>16</sup> FERREIRA. *Ibidem*.

**Gráfico 1 – Taxas de encarceramento por grupo de 100.000 habitantes<sup>17</sup>**



Portanto, mesmo com algumas variações estatísticas anuais, os Estados Unidos apresentam-se constantemente entre aqueles com maior contingente de presos em relação ao número de habitantes em seu território.

Estudos recentes, entretanto, demonstram que o número de presos em território americano tem diminuído. Dados do Instituto Norte-americano Pew Trusts revelam que pela primeira vez em quase 40 anos, o número de presos no país sofreu redução.<sup>18</sup>

A pesquisa indica que em janeiro de 2010, havia 1.404.053 indivíduos sob a tutela do Estado, 4.777 presos a menos que em 31 de dezembro de 2008, o que representa uma redução de 0,3% em pouco mais de um ano.<sup>19</sup>

Ainda de acordo com a pesquisa, essa é a maior queda no *quantum* da população carcerária nos Estados Unidos desde 1972.<sup>20</sup>

Entre 1925 – o primeiro ano em que os dados para a pesquisa foram coletados – e 1972, o número de presos do Estado aumentou de 85.239 para 174.379, representando um aumento de 105%. Desde então, o crescimento subiu de maneira exasperada, impulsionado pelas condenações mais duras que passaram a ser impostas pelos

<sup>17</sup> FERREIRA, Edson. *A segregação prisional como controle social e as lacunas da política pública na área penitenciária*, 2008, disponível em < [http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO\\_ENSAIO\\_SEGREGACAO.pdf](http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO_ENSAIO_SEGREGACAO.pdf)>, acesso em 09 jun. 2011.

<sup>18</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Prison Count 2010: State Population Declines for the First Time in 38 Years*<[http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing\\_and\\_corrections/Prison\\_Count\\_2010.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing_and_corrections/Prison_Count_2010.pdf)>, acesso em 20 jul. 2011.

<sup>19</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.

<sup>20</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.

estados americanos, enviando mais indivíduos às cadeias e mantendo-os nelas por mais tempo.<sup>21</sup>

Nas quatro décadas que sobrevieram a 1972, até os dias atuais, o aumento foi de 705%, chegando ao estado mais crítico da situação carcerária dos Estados Unidos até então.

O Projeto de Desempenho de Segurança Pública americano chegou a divulgar, em 2008, que, em cada grupo de 100 adultos americanos, 1 estava atrás das grades.<sup>22</sup> Considerada esta referencia, o dado estatístico estaria a indicar a marca de 1.000 encarcerados por grupo de 100.000 habitantes, circunstancia que representa cerca de 25% acima da media indicada no gráfico precedente.

Embora estes estudos mais recentes reconheçam a diminuição no número da população carcerária geral do Estado, a pesquisa também revelou uma grande variação entre os entes federativos que compõem o país. Em 26 estados, o número de presos caiu substancialmente. Enquanto isso, nos demais 24 estados, esse número continuou a crescer de forma latente<sup>23</sup>, como bem evidencia o gráfico a seguir:

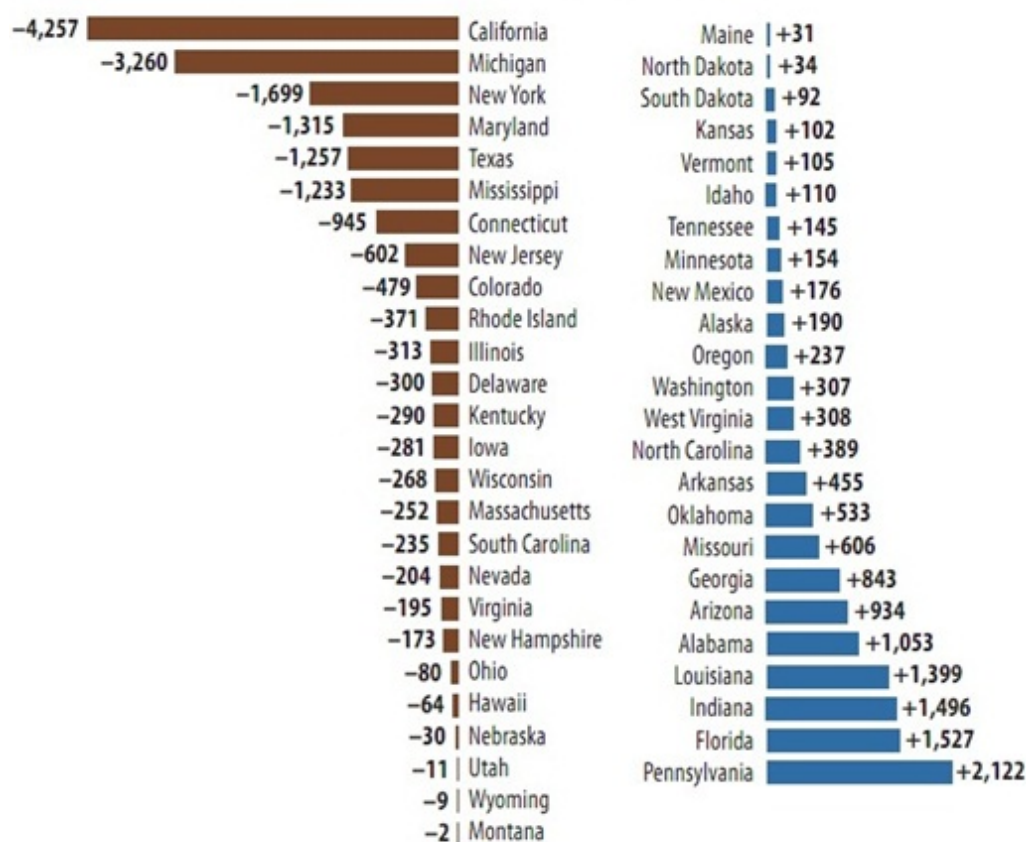
---

<sup>21</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Prision Count 2010: State Population Declines for the First Time in 38 Years* <[http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing\\_and\\_corrections/Prison\\_Count\\_2010.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing_and_corrections/Prison_Count_2010.pdf)>, acesso em 20 jul. 2011.

<sup>22</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.

<sup>23</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.

**Gráfico 2 – Variações da população carcerária nos EUA, 2008-2009 <sup>24</sup>**



Conforme se extrai do relatório, o declínio no contingente de presidiários em alguns estados americanos ocorreu devido à crise econômica vivida nos últimos anos por eles. Para enxugar o orçamento, estes estados passaram a rever a pena de muitos presos, além de revisar suas políticas de liberdade condicional, reduzindo os critérios e concedendo-a para mais indivíduos, no intuito de diminuir os presos no interior dos estabelecimentos prisionais, reduzindo os gastos da máquina estatal para mantê-los. <sup>25</sup>

Os estados nos quais o número de presos cresceu, de acordo com o relatório do Instituto Pew Trusts<sup>26</sup>, são aqueles menos afetados pela crise econômica, ou que, mesmo afetados, não direcionaram os cortes de gastos no orçamento para os estabelecimentos penitenciários.

<sup>24</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Prison Count 2010: State Population Declines for the First Time in 38 Years* <[http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing\\_and\\_corrections/Prison\\_Count\\_2010.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing_and_corrections/Prison_Count_2010.pdf)>, acesso em 20 jul. 2011.

<sup>25</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.

<sup>26</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Ibidem*.



Nestes estados, nos quais não houve esforço para estes cortes orçamentários que refletissem na expurgação de presos do sistema, houve um considerável aumento no número de presos retidos.<sup>27</sup>

Loïc Wacquant<sup>28</sup> indica que há ainda, uma relação entre os crescentes índices de desemprego, a quantidade de cidadãos ocupando sub-empregos e daqueles que recebem remuneração menor que a média considerada como limite da pobreza com o a situação catastrófica da segurança nos Estados Unidos.

A crise financeira americana foi responsável por um aumento gradativo da situação de pobreza entre a população na maioria dos estados. Os índices de desemprego são crescentes e o aumento dos cidadãos ocupando sub-empregos e recebendo remuneração anual menor que a média considerada como “limite da pobreza” no país tem surtido efeito catastrófico para o sistema de insegurança social nos Estados Unidos.<sup>29</sup>

O sistema penal norte-americano como um todo, sofre, segundo Wacquant<sup>30</sup>, uma evolução em resposta ao avanço demográfico e a crise social existente no país, o qual é desenvolvido em cinco tendências, indicadas pelo autor, assim sintetizadas:

**a) a hiperinflação carcerária:** entendida como, o aumento da população carcerária em todos os setores do sistema penitenciário americano. O autor explica esse aumento “pelo encarceramento dos pequenos delinquentes e, particularmente, dos toxicômanos.”<sup>31</sup>

**b) a extensão horizontal da rede penal:** O autor consigna que além de todos os efetivamente presos do sistema, houve ainda aumento daqueles que se encontram dentro do procedimento penal, mas cumprem liberdade condicional, prisão domiciliar, rehab (“clínicas de reabilitação” vulgarmente assim chamadas) e outros mecanismos de controle e liberdade vigiada. Sobre esse aspecto, diz textualmente o autor:

<sup>27</sup> PEW CENTER ON THE STATES. *Prision Count 2010: State Population Declines for the First Time in 38 Years* <[http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing\\_and\\_corrections/Prison\\_Count\\_2010.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing_and_corrections/Prison_Count_2010.pdf)>, acesso em 20 jul. 2011.

<sup>28</sup> WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 77-80.

<sup>29</sup> WACQUANT. *Ibidem*.

<sup>30</sup> WACQUANT. *Ibidem*. p. 81-95.

<sup>31</sup> WACQUANT. *Ibidem*.

[...] acaba de apertar o nó penal em torno das parcelas da classe trabalhadora desestabilizada pela escalada do trabalho assalariado precário e o desmoronamento da proteção social: o cancelamento das liberdades antecipadas e a transformação da liberdade condicional em dispositivo policial adotado não mais para ajudar os antigos detentos a se reinserir, mas para recapturar o maior número possível deles submetendo-se a uma vigilância intensiva e uma disciplina meticulosa.<sup>32</sup>

**c) o crescimento excessivo do setor penitenciário no seio das administrações públicas:** Wacquant esclarece que com o crescimento do número de americanos sob o esteio do sistema penal, cresceram também os gastos com a administração e manutenção das penitenciárias e dos programas de controle e guarda daqueles inseridos no meio penal. Com isso, demais programas sociais foram deixados em segundo plano no que tange às questões orçamentárias e assim, o ciclo de pobreza e criminalidade se tornou crescente entre os norte-americanos.

**d) ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária:** sobre esse aspecto, diz que diante do crescente número de detentos, surgiu uma indústria privada, que, aliada ao Estado, se dispôs a gerir os presídios que já existiam bem como construir novos, administrá-los e “até mesmo o recrutamento e o transporte dos prisioneiros oriundos de outras jurisdições que alugam vagas para seus reincidentes.”<sup>33</sup>.

Ainda segundo a obra mencionada, as prisões americanas tornaram-se um excelente e lucrativo negócio, criando no setor “empregos estáveis, comércios permanentes e entradas regulares de impostos” e servindo de alimento à economia, que passa então a depender desse “sustento”.<sup>34</sup>

**e) a política de ação afirmativa carcerária:** relativamente a este último aspecto, informa que o sistema norte-americano reafirma e evidencia ainda a discriminação racial vigente nos Estados Unidos. O número de presos afro-americanos é muito maior que de brancos.

Segundo dados estatísticos trazidos em sua obra, no ano de 1995, o número de adultos brancos no sistema era cinco vezes menor em relação aos negros. Veja-se:

<sup>32</sup> WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 85.

<sup>33</sup> WACQUANT. *Ibidem*. p. 91.

<sup>34</sup> WACQUANT. *Ibidem*. p. 33.

[...] Com efeito, o aumento rápido e contínuo da distância entre brancos e negros não resulta de uma súbita divergência em sua propensão a cometer crimes e delitos. Ele mostra acima de tudo o *caráter fundamentalmente discriminatório das práticas policiais e judiciais* implementadas no âmbito da política “lei e ordem” das duas últimas décadas.<sup>35</sup>

Tal desequilíbrio confirma a discriminação vigente em território norte-americano, que terminou por influenciar negativamente o sistema carcerário do país ao longo dos anos<sup>36</sup>.

### 1.1.1. Evolução do sistema penal norte-americano

O sistema norte-americano não chegou ao modelo atual do dia para a noite. Ao longo dos anos, foram implantadas algumas tentativas de modelo de sistema carcerário, tais como os modelos Pensilvânico e Auburniano, adiante comentados, que se baseavam na idéia de reclusão e isolamento do detento como forma de provocar no indivíduo uma profunda reflexão acerca dos delitos cometidos bem como de impedir qualquer comunicação entre os internos que pudesse vir a causar um motim ou organização social dentro da cadeia.<sup>37</sup>

Eram modelos rígidos e extremamente rigorosos. De acordo com Bitencourt, “os dois sistemas adotaram um conceito predominantemente punitivo e retributivo da pena”<sup>38</sup>, apesar de não serem totalmente alheios à ressocialização do preso, o que fica evidenciado em ambos pelo ensino dos princípios cristãos e imposição de leituras bíblicas aos reclusos<sup>39</sup>.

A compreensão dos sistemas que antecederam o que é hoje o sistema penitenciário estadunidense é relevante quando se trata de conhecer as alternativas que estruturam a moldagem de um sistema prisional por outro país.

Com o objetivo de conhecer os aspectos principais dos modelos praticados nos Estados Unidos indicam-se abaixo seus principais precursores:

<sup>35</sup> WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 94-95.

<sup>36</sup> WACQUANT, *Ibidem*.

<sup>37</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 60-61 e p. 73-74.

<sup>38</sup> BITENCOURT. *Ibidem*, p. 80.

<sup>39</sup> BITENCOURT, *Ibidem*.

### 1.1.1.1. Sistema Pensilvânico ou Celular

O sistema celular surgiu na Pensilvânia no ano de 1790. Para Teresinha Campos<sup>40</sup>, a característica marcante desse sistema era o total isolamento do presidiário, que não podia se comunicar com nenhum outro preso, bem como com seus familiares ou com os funcionários do local de reclusão, ficando dia e noite em sua cela, sem contato nenhum com o mundo externo e até mesmo do universo interno do presídio.

Ainda segundo a autora<sup>41</sup>, tal isolamento celular se dava sob o argumento que, estando em silêncio completo e inviolável, o detento teria a oportunidade de refletir acerca de suas atitudes e se arrepender delas.

Ao dissertar acerca do tema, Teresinha ressalta que ao isolar o preso de forma tão absoluta, o modelo Pensilvânico objetivava fazer com que o interno refletisse acerca de seus atos criminosos e se arrependesse deles. Para isso, conforme a autora<sup>42</sup>, os aprisionados eram açoitados à leitura de trechos bíblicos, meditações, preces e orações.

Além disso, o sistema não permitia qualquer comunicação ou interação de um preso com o outro e nem mesmo com as famílias. O silêncio absoluto era exigência incondicional, o que acarretava, de acordo com Teresinha, “[...] graves conseqüências para a saúde física e psíquica do condenado”<sup>43</sup>.

Assim, ainda segundo Teresinha Campos, o Sistema Pensilvânico não se mostrou eficaz devido ao seu caráter desumano e atroz, além de muito oneroso ao Estado uma vez que o preso não podia sequer trabalhar de forma a custear sua estada na detenção.<sup>44</sup>

Outra questão que contribuiu para a falência deste modelo foi a que se refere à ressocialização do preso, que restava prejudicada ou, por que não dizer, inexistente, uma vez que não eram proporcionadas ao preso quaisquer formas de tratamento psicológico, moral ou social, apenas trancafiando o mesmo em sua célula e impedindo seu contato com o mundo

---

<sup>40</sup> CAMPOS, Teresinha de Jesus Moura Borges. *Das penas privativas de liberdade às penas alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2010, p. 200.

<sup>41</sup> CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>42</sup> CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>43</sup> CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>44</sup> CAMPOS. *Ibidem*. p. 199-200.

fora dali. Apesar de, conforme Cezar Bitencourt<sup>45</sup>, o castigo proporcionado aos reclusos ser, ao pensamento da época, uma maneira apropriada de reeducar o delinquente.

De acordo com Newton Fernandes<sup>46</sup>, quando submetido a tal sistema, o preso estava sujeito a surtos e distúrbios psicóticos, podendo inclusive chegar à loucura, tamanho o stress que o confinamento absoluto causava ao interno.

Destarte, devido às críticas constantes ao sistema, tanto pelo tratamento desumano ao qual os presos eram submetidos, tanto pelo alto custo gerado ao Estado para custear e sustentar toda a estrutura penitenciária, a qual não possuía qualquer contribuição ou participação dos reclusos, impedidos de desempenhar qualquer função dentro dos estabelecimentos, o modelo Pensilvânico foi perdendo força nos Estados Unidos até ser substituído pelo seu sucessor, o modelo Auburniano.<sup>47</sup>

#### **1.1.1.2. Sistema Auburniano**

O sistema Auburniano nasceu como uma proposta ao seu antecessor, o sistema celular Pensilvânico, aspirando sobrepujar as falhas ocorridas no regime anterior.<sup>48</sup>

De acordo com Manoel Pedro Pimentel<sup>49</sup>, surgiu por iniciativa do Estado nova-iorquino, que construiu na cidade de Auburn, em 1818, uma penitenciária que objetivava, primordialmente, o trabalho do preso.

Conforme descrito por Rafael Damasceno de Assis<sup>50</sup>, “[...] os prisioneiros eram divididos em categorias, sendo que aqueles que possuíam um potencial maior de recuperação somente eram isolados durante o período noturno, sendo-lhes permitido trabalharem juntos durante o dia”.

---

<sup>45</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 80.

<sup>46</sup> FERNANDES, Newton, apud CAMPOS, Teresinha de Jesus Moura Borges. *Das penas privativas de liberdade às penas alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2010, p. 200.

<sup>47</sup> FERNANDES, Newton, apud CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>48</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, apud CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>49</sup> PIMENTEL, Manoel Pedro, apud CAMPOS. *Ibidem*.

<sup>50</sup> ASSIS, Rafael Damasceno de. Evolução histórica dos regimes e do Sistema Penitenciário in *Jus Vigilantibus*, Vitória, 30 abr. 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>, acesso em 05 jul. 2011.

Entretanto, ainda segundo o autor Rafael Assis<sup>51</sup>, não foi somente a ineficiência do sistema anterior que incentivou o surgimento do mesmo. Tratava-se ainda de uma questão política e econômica maior que se devia à ausência de mão de obra trabalhando de maneira a suprir a crescente industrialização do país e a conquista de novos territórios pelo governo, e assim, nesse contexto, o modelo Auburniano surgiu como um mecanismo do sistema para aproveitar o potencial e a força de trabalho dos detentos em prol do Estado.

A grande diferença entre este modelo penitenciário e o Pensilvânico se dava quanto à ressocialização do preso. Apesar de ambos os modelos possuírem ideologicamente esta proposta, a possibilidade de convivência entre os presos durante o período de trabalho, ao longo do dia, bem como o incentivo à sua produtividade, surtiam melhor efeito que o isolamento constante.<sup>52</sup>

Apesar da possibilidade do trabalho, que foi a grande inovação trazida pelo sistema de Auburn, a obrigação do silêncio foi mantida – *silent system* – no qual os detentos não podiam estabelecer comunicação entre eles de modo algum, podendo apenas se dirigir aos funcionários, em tom de voz baixo e respeitoso e somente se lhe concedida autorização para fazê-lo<sup>53</sup>.

A proibição da comunicação era utilizada além de mecanismo para demonstrar a força e hierarquia superior do Estado, ali representado pelos funcionários do presídio, como uma forma de controle sobre os presos, uma vez que impedindo a comunicação entre eles, minava-se a formação de grupos que se rebelassem contra o sistema.<sup>54</sup>

Devido ao intenso ritmo de trabalho, às longas jornadas que duravam o dia inteiro, só voltando à reclusão no período noturno, além da proibição de toda e qualquer comunicação, mantida desde o sistema Pensilvânico, as penas ainda eram consideradas excessivamente cruéis.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> ASSIS, Rafael Damasceno de. Evolução histórica dos regimes e do Sistema Penitenciário in *Jus Vigilantibus*, Vitória, 30 abr. 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>, acesso em 05 jul. 2011.

<sup>52</sup> ASSIS. *Ibidem*.

<sup>53</sup> ASSIS. *Ibidem*.

<sup>54</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva, 2001.

<sup>55</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

Além disso, os sindicatos de trabalhadores livres da época passaram a exercer ferrenha oposição ao modelo, uma vez que o trabalho forçado passou a disputar o setor econômico com àquele executado pelo trabalhador comum, não incluso no sistema.<sup>56</sup>

Outro fator que gerava aversão por parte dos sindicatos era o fato do trabalho nas penitenciárias estar formando novos profissionais, capacitados a desempenhar suas funções na sociedade ao cumprir suas penas. Esse fato, sob a ótica dos trabalhadores livres era uma ofensa à categoria, que seria obrigada a dividir espaço com ex-detentos nas fábricas futuramente. De acordo com Bittencourt<sup>57</sup>, esse preconceito perdura até os dias de hoje. É o chamado estigma carcerário: “*A estigmatização é um dos fatores que mais dificultam a obtenção da tão almejada ressocialização do delinqüente*”.

Assim, o sistema Auburniano foi chegando ao seu fenecimento, servindo como embrião do que seriam, mais à frente, os Sistemas progressivos, que surgiram na Europa, como propostas mais voltadas para a ressocialização dos presos que os modelos que o antecederam.<sup>58</sup>

## **1.2. Alguns sistemas penais europeus**

### **1.2.1. Sistema panóptico**

O projeto panóptico foi descrito pela primeira vez pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, no século XVIII.

De acordo com Benthán<sup>59</sup>, o projeto se baseava no princípio da inspeção, que se resumia em garantir o bom comportamento como resultado da sensação contínua de estar sendo observados.

Para o filósofo<sup>60</sup>, a maneira mais eficaz de exercer essa vigilância constante seria por meio da arquitetura. Assim, previu a construção de dois edifícios circulares

<sup>56</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, apud CAMPOS, *Das penas privativas de liberdade às penas alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

<sup>57</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 75.

<sup>58</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 81-83.

<sup>59</sup> BENTHAN, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 19-20.

<sup>60</sup> BENTHAN. *Ibidem*. p. 21-22.

concêntricos. No edifício externo ficaria alocada a carceragem dos detentos, distribuída em pequenos cubículos construídos em torno do edifício interno de modo que os inspetores, que teriam sua sala de vigilância neste segundo prédio, pudessem constantemente enxergar o que se passava dentro de cada uma das celas que os circundavam, podendo assim vigiá-los de modo constante e ininterrupto.

Sobre a estrutura penitenciária do modelo, Benthan escreveu:

[...] O edifício é circular.

Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de *celas*.

Essas *celas* são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por partições, na forma de raios que saem da circunferência em direção ao centro, estendendo-se por tantos pés quantos forem necessários para se obter uma cela maior.

O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de *alojamento do inspetor*.<sup>61</sup>

**Figura 1 – Prisão nos moldes panópticos<sup>62</sup>**



Benthan afirmava que aprisionando os detentos de maneira a vigiá-los de modo constante evitaria a formação de motins contra o sistema, brigas, lideranças negativas,

<sup>61</sup> BENTHAN, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 21-22.

<sup>62</sup> HANA, Marina. *Blog Arquitetando*, 2010, disponível em <<http://marinahana.blogspot.com/2010/09/panoptico.html>> , acesso em 3 out. 2011.



contágio de doenças no caso dos enfermos e todo e qualquer conflito que pudesse perturbar o funcionamento do estabelecimento prisional.<sup>63</sup>

Foucault<sup>64</sup>, sobre o modelo em questão, escreveu que “o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter a certeza que sempre pode sê-lo”. Ainda sobre o panoptismo, pondera:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: introduzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder, fazendo com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo sendo descontínua em sua ação.<sup>65</sup>

Deste modo, o panoptismo tinha por base o controle absoluto da estrutura penitenciária, utilizando a arquitetura dos presídios em favor dessa vigilância. Assim, segundo Jeremy Bentham<sup>66</sup>, seria incorporada no detendo a sensação de ser controlado pelos inspetores do estabelecimento e, após serem postos em liberdade, essa sensação perduraria, evitando assim que estes incidissem novamente na prática infracional.

Ocorre que a estrutura panóptica nunca foi de fato implantada, nem na Inglaterra, nem na França, onde também teve sua teoria amplamente disseminada. Entretanto, o panoptismo, como princípio de vigilância absoluta, contaminou com sua essência os sistemas que o sucederam, tanto em termos de arquitetura quanto em relação à ideologia de observação e vigília constantes.<sup>67</sup>

Em relação a esta ideologia de vigilância constante a qual o panoptismo se vinculou, Foucault descreve:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.<sup>68</sup>

<sup>63</sup> ROCHA, Humberto José. História da cadeia: breve estudo comparativo acerca da idealização do sistema penitenciário brasileiro a partir dos modelos norte-americano e europeu. *Revista Perspectiva*. Erechim: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, v.30, n.112, p. 81-92, 2006.

<sup>64</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 167.

<sup>65</sup> FOUCAULT. *Ibidem*. p. 166.

<sup>66</sup> BENTHAN, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 29.

<sup>67</sup> BENTHAN. *Ibidem*. p. 148.

<sup>68</sup> FOUCAULT. *Op.cit.* p. 169.

Os modelos panóptico, Pensilvânico e Auburniano, são considerados os sistemas penitenciários clássicos, que influenciaram os seus subseqüentes, entre eles o sistema progressivo inglês.<sup>69</sup>

### 1.2.2. Sistema progressivo inglês

O sistema Progressivo teve início por volta do ano de 1840 em uma ilha localizada perto da Austrália. Bittencourt, em sua obra, conta que os ingleses enviavam para a ilha de Norfolk os presos mais perigosos, que já haviam sido submetidos aos modelos prisionais ingleses que eram mantidos na Austrália, voltando a delinquir e por isso sendo enviados então para a prisão na ínsula.<sup>70</sup>

Entretanto, assumiu a administração do presídio da ilha, o Capitão Maconochie, que em 1840, alterou a vida de todos os que ali encontravam-se detidos, vivendo (sobrevivendo) em condições desumanas.

No regime adotado pelo capitão, extinguiram-se as penas severas, características dos modelos Pensilvânico e Auburniano, optando-se por penas direcionadas para reeducação do indivíduo, premiando e incentivando o bom comportamento.<sup>71</sup>

Os ingleses deram o nome de “progressivo” ao modelo vigente no país à época relacionado à duração da pena, que sofria progressão à medida que o preso despendia seu tempo trabalhando e também conforme o comportamento e conduta desempenhados no estabelecimento.<sup>72</sup>

Também chamado de *Mark sistem* (sistema de vales, em inglês), o sistema se baseava na atribuição de espécies de vales aos presidiários, que eram obtidos através do

---

<sup>69</sup> ROCHA, Humberto José. História da cadeia: breve estudo comparativo acerca da idealização do sistema penitenciário brasileiro a partir dos modelos norte-americano e europeu. *Revista Perspectiva*. Erechim: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2006, v.30, n.112, p. 85.

<sup>70</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 83.

<sup>71</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 84.

<sup>72</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

bom comportamento cumulativamente com a quantidade de trabalho desempenhado no interior da carceragem.<sup>73</sup>

Os vales obtidos interferiam no *quantum* da pena atribuída a cada indivíduo, tendo cada delito praticado um *quorum* de vales mínimos a ser alcançado. Assim, a partir do momento em que o agente ingressava na prisão de Norfolk, era estimulado a trabalhar e evitar conflitos e problemas de comportamento com os demais presos, de modo a reduzir o tempo de reclusão.<sup>74</sup>

Bitencourt<sup>75</sup> descreveu os vales como resultado do trabalho desenvolvido pelos internos somado à boa conduta desempenhada por eles dentro do estabelecimento. Ainda conforme o autor, a quantidade de vales necessária a cada condenado para que pudesse obter sua liberdade dependia diretamente do delito cometido por ele.

Deste modo, ao final de cada dia de trabalho, era atribuído ao interno determinado número de vales, dos quais eram abatidos os créditos referentes aos custos de sua alimentação e outras necessidades que tivessem dentro do presídio.

Qualquer mau comportamento dentro da prisão tinha uma multa atribuída, que variava conforme a infração. Tal multa também era subtraída do saldo de vales do detento. Assim, apenas o restante dos vales, ao final dos descontos diários, seria direcionado ao saldo referente ao cumprimento de sua pena.<sup>76</sup>

Deste modo, para Bitencourt<sup>77</sup>, “a duração da condenação determinava-se pela gravidade do delito, pelo aproveitamento no trabalho e pela boa conduta de cada apenado”. A pena do preso era sempre indeterminada. Não se entrava na penitenciária sabendo exatamente quantos dias, meses ou anos teriam que ser cumpridos ali.

O tempo recluso era inteiramente de responsabilidade do preso, cabendo à direção do presídio apenas controlar e calcular essa pena com base no crime cometido e no

---

<sup>73</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 84.

<sup>74</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>75</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>76</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>77</sup> BITENCOURT. *Ibidem*, p. 85.

desempenho do delinquente dentro da prisão, tanto no trabalho quanto no relacionamento interpessoal.<sup>78</sup>

O sistema de progressão de pena concebido pelo Capitão Alexander Maconochie dividia-se em três fases, conforme Cezar Bittencourt<sup>79</sup> assim resumiu:

**1ª fase) isolamento celular diurno e noturno:** era o período no qual o recluso era submetido à isolamento absoluto, de modo a refletir sobre a conduta delituosa praticada. Nesta fase, o detendo poderia ser submetido a qualquer serviço pesado, obrigatório e recebia alimentação pobre e insuficiente;

**2ª fase) trabalho em comum sob a regra do silêncio:** era nessa fase que o trabalho coletivo passava a ser permitido, entretanto, sem que pudesse haver comunicação de qualquer tipo entre os presos. O apenado era transferido para as chamadas *workhouses* (casas de trabalho, em inglês) nas quais poderia trabalhar em coletividade durante o dia, sendo isolado apenas no período noturno. Sobre este período, Bitencourt destaca:

Esse período é dividido em classes; possuindo determinado número de marcas e depois de certo tempo, o condenado passa a integrar a classe seguinte.<sup>80</sup>

Ao alcançar a classe final da fase do trabalho comum, o detento finalmente recebia o *ticket for leave* (vale para sair, em inglês), chegando então à fase do livramento condicional;

**3ª fase) liberdade condicional:** Ao obter o benefício do *ticket for leave* o condenado tinha direito à liberdade parcial, concedida sob uma série de restrições e recomendações ao preso, que, caso seguidas a risca e sem que nenhum outro fator determinasse que fosse revogada, se transformaria finalmente na liberdade de fato, definitiva e irrevogável.

<sup>78</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 84.

<sup>79</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>80</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 85.

O sucesso do trabalho do Capitão Maconochie, após alguns anos, refletiu na incorporação do costume de trabalhar nos internos, cessando os conflitos, motins e rebeliões no presídio da ilha de Norfolk.<sup>81</sup>

Tamanho foi o êxito obtido por Maconochie, que repercutiu além dos limites da pequena ilha, sendo então convidado a assumir a direção de uma outra penitenciária, em Birmingham, na Inglaterra.<sup>82</sup>

Entretanto, o modelo não foi tão eficaz ao ser aplicado na pequena cidade, uma vez que os entraves existentes na legislação local foram uma barreira às idéias do capitão.<sup>83</sup>

### **1.2.3. Sistema espanhol de Montesinos**

O modelo montesiano é um grande marco na história penitenciária, servindo de influência até os dias de hoje aos modelos carcerários vigentes, nos quais tem ocorrido uma reavaliação das relações interpessoais com os detentos, alimentando sentimentos de confiança e estímulo mútuo entre os mesmos e aqueles que gerem os estabelecimentos prisionais, auxiliando no funcionamento da máquina penitenciária.<sup>84</sup>

A estrutura deste sistema espanhol foi desenvolvida por Manuel Montesinos e Molina, a partir de 1835, quando assumiu o cargo de governador do presídio de Valência, na Espanha.<sup>85</sup>

Segundo consta da obra de Bitencourt, o Coronel Montesinos possuía um pensamento humanitário à frente de seu tempo, tendo conhecido de perto as mazelas da vida em uma prisão durante a guerra de independência da Espanha, em 1809, quando foi detido e mantido durante três anos em cárcere em uma rígida prisão militar<sup>86</sup>.

---

<sup>81</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 85.

<sup>82</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>83</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>84</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 89.

<sup>85</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 89.

<sup>86</sup> BITENCOURT. *Ibidem*. p. 89.

Assim, ao assumir a direção do presídio, Montesinos conseguiu reduzir a taxa de reincidência, que antes era de até 35% em alguns períodos para zero, utilizando-se de mecanismos simples como o diálogo e a forte autoridade moral exercida por ele, não através de castigos, mas por meio de seu espírito de liderança, característica marcante dele.<sup>87</sup>

Bitencourt descreve Manuel Montesinos como sendo um homem extremamente qualificado para dirigir um estabelecimento penal, agindo de forma hábil e fundada nos direitos humanos dos presos. Destaca, entre outras qualidades, a grande força de vontade do Coronel e sua capacidade de influenciar os internos.<sup>88</sup>

Para Cezar Bitencourt<sup>89</sup>, Montesinos conseguiu disciplinar os encarcerados usando métodos não convencionais à época, deixando de lado a crueldade dos castigos, e fazendo uso somente de seu espírito de liderança e da racionalidade peculiar a ele para controlar os internos.

O pensamento montesiano se baseava na ressocialização do preso. Acreditava-se que através de uma reforma moral do indivíduo, era possível recuperá-lo. Deste modo, a grande marca deste modelo, que se difundiu nos sistemas atuais, foram as relações com o detento, conforme Bitencourt<sup>90</sup>, “fundadas em sentimentos de confiança e estímulo, procurando construir neles uma definida autoconsciência”.

Mesmo quando o presidiário infringia uma norma vigente na prisão ou causava algum problema, tumulto ou motim, não era simplesmente castigado, submetido a tratamentos vexatórios, que desonravam e difamavam sua moral perante os demais detentos, como era costume até então nos estabelecimentos carcerários.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 89.

<sup>88</sup> RUIZ, Amancio Tome, *El Coronel Montesinos*, 1945, p. 69, *apud* BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>89</sup> RUIZ, Amancio Tome, *El Coronel Montesinos*, 1945, p. 69, *apud* BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>90</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>91</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

Montesinos não agia de maneira a simplesmente punir o indivíduo. Sua atuação era no sentido de ensinar e moralizar o preso e não feri-lo simplesmente, humilhando-o e aumentando sua revolta e tendência obscura<sup>92</sup>, como ele mesmo afirmava:

[...] convenceram-me enfim de que o mais ineficaz de todos os recursos em um estabelecimento penal, e o mais pernicioso também e mais funesto a seus progressos de moralidade, são os castigos corporais extremos. Esta máxima deve ser constante e de aplicação geral nestas casas, qual seja a de não envilecer mais aos que desagradados por seus vícios vêm à elas [...], porque os maus tratamentos irritam mais que corrigem e afogam os últimos alentos de moralização.<sup>93</sup>

Baseado na idéia de que castigos não têm aplicabilidade e, atuando sempre em prol da ressocialização e construção de valores morais nos detentos, o Coronel propôs a existência de um código interno dos presídios (idéia essa que originou os atuais regulamentos internos disciplinares das instituições prisionais modernas)<sup>94</sup>, uma vez que não achava justo que as faltas fossem punidas de acordo com o livre arbítrio dos diretores prisionais e também que leis comuns disciplinassem as condutas dos internos, que conviviam em um ambiente completamente diferenciado e submetidos a regime e rotina constantemente controlados.<sup>95</sup>

Conforme Cezar Bitencourt<sup>96</sup>, “Os argumentos de Montesinos continuam atuais, visto que o poder disciplinar deve reger-se pelo princípio da legalidade.” Segundo este autor, não se pode confundir a ausência de castigos com a falta de severidade. O regime ao qual eram submetidos os presos era rígido, porém humano.

O pensamento humanitário desenvolvido por Montesinos coloca este modelo bem a frente de seu tempo, uma vez que, segundo Bittencourt<sup>97</sup>, em outros países, como a Inglaterra, as penas corporais só foram abolidas em 1948, mais de cem anos depois que Manuel Montesinos assumiu o presídio de Valencia.

<sup>92</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 90.

<sup>93</sup> MONTESINOS, Manuel. *Reflexiones sobre la organización del presídio de Valencia: reforma de la dirección del ramo y sistema econômico del mismo*, 1846, p. 254, *apud* BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>94</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>95</sup> PIMENTEL, Manuel Pedro, *Sistemas penitenciários*, p. 254, *apud* BITENCOURT, *Ibidem*.

<sup>96</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>97</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

Montesinos possuía ainda outras idéias ligadas à ressocialização do preso, a seguir demonstradas<sup>98</sup>:

a) **trabalho penitenciário remunerado**, que segundo ele serviria de estímulo para que o presidiário trabalhador sentisse interesse por alguma atividade laboral produtiva<sup>99</sup>;

b) **concessão de licenças de saída**, nas quais, tal como hoje, permitia-se a saída temporária do detento de bom comportamento da prisão, com dia e hora de retorno previamente estabelecidos;

c) **integração de grupos dentro da instituição**, considerando proveitosa a relação entre os presos classificados em grupos diversos, não crendo na separação absoluta entre os presos perigosos e não perigosos, recuperáveis ou não, até porque acreditava não ser possível estabelecer rigidamente quem era “mau” e quem era “bom”;

d) **aproximação da realidade penitenciária de uma prisão aberta**, na qual não existia um regime de segurança máxima, com fechaduras e grades intransponíveis, e agentes armados e preparados para impedir fugas a qualquer preço. Na prisão de Valencia, a segurança baseava-se na confiança e nos hábitos de subordinação ensinados aos presos, para evitar as fugas;

e) **liberdade condicional para os presos**, que foi idéia freqüentemente atribuída a Montesinos apesar de não poder precisar-se ao certo, quem a criou de fato, também tendo sido manifestada em outros locais à época. Montesinos implantou em seu presídio a redução da pena em um terço como retribuição ao bom comportamento do detento.

Assim, conforme Bitencourt afirma, a obra de Montesinos foi de absoluta importância para o desenvolvimento do que é hoje o sistema penitenciário hispânico, pois além da sua contribuição nos aspectos legais basilares do sistema, também serviu de marco

---

<sup>98</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 92.

<sup>99</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.



para o início de uma nova era penal, baseada em uma prática mais humanitária e voltada para a ressocialização.<sup>100</sup>

#### 1.2.4. Sistema sueco

A estrutura do sistema penitenciário sueco é extremamente avançada se comparada com outros países, tais como o Brasil, que não possui condições físicas para abrigar o número crescente de detentos que chegam a cada dia aos estabelecimentos prisionais.<sup>101</sup>

Na Suécia, conforme Augusto Thompson, “[...] A duração média das penas é de 100 dias. Todos os prisioneiros têm quartos individuais – que aparentam alojamentos de universitários –, sendo o termo *cela* recebido com repulsa.”<sup>102</sup>

Nos moldes suecos, todos aqueles condenados a penas inferiores a um ano de reclusão, cumprem-na em estabelecimentos abertos, não murados, podendo manter seus empregos e estudos durante o dia nas cidades próximas à prisão.

Thompson cita o exemplo da prisão de Tillberga, onde “[...] distante 120 quilômetros de Estocolmo, os detentos recebem salários equiparados ao mercado de trabalho “lá fora”, ou podem freqüentar escolas. Essa prisão-albergue oferece instalações para banho de sauna, natação, esquiagem e espaço para prática de golfe.”<sup>103</sup>

Mesmo nas prisões de regime fechado, é proporcionada aos presos uma estrutura diferenciada de tratamento, na qual lhes é oferecido atendimento médico, psicológico e educacional, além de treinamento profissional. São ainda permitidas visitas conjugais no mínimo uma vez por semana e licença semanal de cerca de três dias para todos os detidos.<sup>104</sup>

---

<sup>100</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 95.

<sup>101</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 105.

<sup>102</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 132.

<sup>103</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 133.

<sup>104</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

Os guardas que trabalham no interior destas instituições não possuem armas, que são proibidas no interior de presídios. Os relatos de violência são raros, bem como os ataques homossexuais.<sup>105</sup>

A esse respeito, Augusto Thompson relata um fato ocorrido em uma das prisões suecas, o presídio de Norrköping:

Um funcionário do presídio de Norrköping relatou a ocorrência de uma invasão de um grupo armado que libertou um detento. “Assim que conseguiram entrar”, disse ele, “nós não pudemos fazer nada, a não ser ficar parados e assistir à fuga do preso no interior de um carro esporte. Foi bom que os guardas não portassem armas, pois isso teria simplesmente aumentado o risco de vida para eles.”<sup>106</sup>

Ainda sobre as prisões suecas, Augusto Thompson explica a tolerância do sistema sueco com os presidiários:

[...] é, em parte, um reflexo do baixo índice de violência criminal. Somente 12% das 10 mil pessoas que anualmente passam pelas prisões são condenadas por crimes violentos, e os assassinos não passam de 20 ou 30, a cada ano. “Isso pode ser explicado pelo fato de inexistirem tensões raciais e étnicas em uma sociedade tão homogênea como a nossa”, disse Lars Bollin, diretor do departamento de trabalho e treinamento da Administração Nacional de Presídios, sediado em Norrköping. “Isso pode ter alguma relação com o fato de não estarmos envolvidos em guerra por mais de um século. E também não há tradição de possuir uma arma de fogo.”<sup>107</sup>

Conforme se extrai da obra de Thompson, há no país um grupo organizado, a chamada Organização Central dos Presidiários, a qual é formada por uma comissão de detentos que manifesta toda e qualquer reivindicação da população carcerária.<sup>108</sup>

Foi a partir destas reivindicações que foi concedida a equiparação salarial, de acordo com o mercado, do salário pago pelo trabalho desempenhado por todos os detentos, outra marca do sistema sueco.<sup>109</sup>

<sup>105</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 133.

<sup>106</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>107</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>108</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 134.

<sup>109</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

Entretanto, mesmo diante da excelente estrutura penitenciária e jurisdicional concedida pelo Estado aos detentos, a Suécia vem enfrentando elevados índices de reincidência, como se lê na obra de Augusto Thompson<sup>110</sup>.

O autor<sup>111</sup> apresenta a não aceitação dos ex-presidiários pela sociedade como argumento principal para justificar essa recaída no crime após serem recolocados em liberdade. Nesse sentido, apresenta trechos de declarações de um interno reincidente:

A maioria das pessoas ainda imagina os condenados como se todos nós andássemos com máscaras em nossas faces e com tatuagens nos braços.

Os proprietários não nos querem alugar apartamentos. Não importa o que as pessoas digam – ex-condenados têm tremenda dificuldade em obter empregos.

[...] as condições de vida em nossas prisões são bastante aceitáveis, mas certamente não dissuadem do crime.<sup>112</sup>

Extraí-se da obra que nem mesmo todas as extraordinárias condições proporcionadas aos presos durante sua permanência na prisão são capazes de ressocializar um indivíduo se os vínculos com o mundo exterior ao estabelecimento não for mantido. Nesse sentido, a declaração de um presidiário cumprindo sua oitava sentença, transcrita por Augusto Thompson:

Você se habitua à vida do presídio. Não acho que as prisões possam reabilitar a maioria das pessoas. Qualquer reabilitação depende, principalmente, dos vínculos do recluso com a sociedade lá fora.<sup>113</sup>

Outro fator apresentado pelo autor para justificar a reincidência no país foi o crescente uso de entorpecentes pelos presos. De acordo com dados trazidos por ele, até 45% dos detentos consomem regularmente drogas pesadas, tais como a heroína.<sup>114</sup>

A droga é infiltrada nos estabelecimentos através dos visitantes e dos presos em licença. Conforme Thompson, o próprio diretor de relações públicas da Administração

<sup>110</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 134.

<sup>111</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>112</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>113</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 134-135.

<sup>114</sup> THOMPSON, *Ibidem*. p. 135.

Nacional de Presídios da Suécia assume que o sistema está completamente despreparado para o problema.<sup>115</sup>

Apenas nas últimas duas décadas foi instituída a primeira prisão sueca para o tratamento dos presos usuários de drogas, que possui caráter voluntário, só internando-se nela, ao invés dos estabelecimentos comuns, quem optasse por isso.<sup>116</sup>

Ainda de acordo com o autor a falha do sistema prisional sueco no que tange à ressocialização, gerou críticas ferrenhas, no sentido de que as prisões sejam destinadas apenas como meio de proteção social dos crimes mais violentos, afastando a idéia de reabilitação dos presos para a vida em sociedade e diminuindo o rol de condutas criminalizadas.<sup>117</sup>

Nesse sentido, conforme Augusto Thompson, o Diretor do Sistema Penitenciário da Suécia, declarou que “gostaria de ver algumas prisões desativadas e uma redução de 50% na população carcerária, fazendo com que pequenos furtos, roubos sem uso de armas e o crime de dirigir sob embriaguez sejam punidos com multas ao invés de reclusão.”<sup>118</sup>

Assim, a proposta apresentada, com apoio maciço dos críticos ao sistema, é a abolição da grande maioria das prisões suecas, desenvolvendo o trabalho de ressocialização dos agentes que cometessem delitos de pequeno ou moderado potencial ofensivo de tal maneira que fosse desempenhado em contato com a sociedade local, “a fim de obrigar o indivíduo a exercer maior responsabilidade pessoal em público”<sup>119</sup>.

#### **1.2.5. Sistema progressivo irlandês**

O sistema irlandês foi implantado por Walter Crofton, diretor das prisões da Irlanda em 1854, que é considerado por alguns como o verdadeiro criador do sistema de

---

<sup>115</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 135.

<sup>116</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>117</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 136.

<sup>118</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>119</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

progressão de penas no mundo. Crofton foi o responsável pelo aperfeiçoamento do modelo progressivo inglês do Comandante Maconochie.<sup>120</sup>

Após estudar o modelo inglês e visitar algumas prisões irlandesas, como diretor penitenciário, Crofton manifestou a vontade de preparar os presos para seu retorno à sociedade. Assim, “introduziu uma idéia original, que foi o estabelecimento de prisões intermediárias. Na realidade, tratava-se de um período intermediário entre as prisões e a liberdade condicional, considerada como meio de prova da aptidão do apenado para a vida em liberdade”<sup>121</sup>.

Eis a grande inovação trazida pelo sistema penitenciário irlandês: a criação das prisões intermediárias. Locais especiais, nos quais o preso trabalhava na parte exterior do estabelecimento, tendo contato com outros presos que se encontrassem na mesma fase de cumprimento da pena. Esse momento era cumprido preferencialmente desempenhando funções agrícolas.

As prisões intermediárias possuíam estrutura diferenciada, sem cadeados, muros altos ou grades. Isso permitia aos reclusos uma maior proximidade com a vida que teriam ao alcançar a etapa seguinte da pena, a liberdade condicional.

Bitencourt<sup>122</sup> descreve essa estrutura do sistema, afirmando que os presos moravam em alojamentos desmontáveis, e desempenhavam, preferencialmente, funções agrícolas ou industriais, sendo-lhes concedidas diversos benefícios, não necessitando mais utilizar os uniformes atribuídos aos presos da época, não sendo submetidos à castigos corporais e podendo dispor da remuneração paga à eles pelo seu trabalho, que podia ser escolhido dentre as atividades disponibilizadas.

Outra grande vantagem trazida pelo modelo irlandês era a possibilidade de comunicação e convivência entre os internos e o mundo exterior ao presídio, pois, embora não

---

<sup>120</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 86.

<sup>121</sup> Luis Garrido Guzman. *Manual de ciência penitenciária*, 1983, apud BITENCOURT. *Ibidem*.

<sup>122</sup> BITENCOURT. *Ibidem*.

deixassem de lado a condição de presidiários, lhes era permitido vivenciar, durante a jornada de trabalho, a experiência de viver em sociedade.<sup>123</sup>

Assim, a intenção intrínseca ao modelo era a de demonstrar ao preso que a mesma sociedade que o condenou, fazendo-o passar por todas as etapas de cumprimento da pena, quais sejam as mesmas do modelo progressivo inglês, estava disposta a recebê-lo novamente, sempre que cumprindo a fase intermediária, se mostrasse apto e disposto à recuperação.<sup>124</sup>

O modelo de cumprimento da pena em fases serviu de inspiração ao sistema penitenciário brasileiro atual, que apesar de estar vivenciando uma crise estrutural grave, promove, assim como na Irlanda, o cumprimento das sanções em fases diferenciadas.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 86.

<sup>124</sup> NEUMAN, Elías. *El problema sexual em las cárceles*, 1965, *apud* BITENCOURT, Cezar Roberto. *Ibidem*.

<sup>125</sup> COSTA, Julio Cezar. *Prisões do Brasil*. Disponível em:

<[http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/prisoas\\_brasil.pdf](http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/prisoas_brasil.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2011.

## 2. O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

### 2.1. *Cenário contemporâneo*

O Sistema carcerário no Brasil, de acordo com Augusto Thompson<sup>126</sup>, é composto, no geral, por dois tipos de indivíduos. Há aqueles que já foram condenados culpados, com trânsito em julgado, e estão a cumprir suas penas e há os presos que ainda estão sendo processados, não tendo ainda a autoria do delito legalmente comprovada. Entretanto, ambos restam presos no mesmo ambiente carcerário, convivendo, coexistindo, e, sobretudo, trocando experiências.

É o que tem sido chamado, na linguagem popular de “faculdade do crime”, nas quais foram transformadas as penitenciárias brasileiras: ladrões de galinha dividindo celas abarrotadas com assassinos responsáveis por chacinas, líderes de facções criminosas, viciados em drogas entre tantos outros.

Aqueles que ingressam no sistema, geralmente entram por meio das celas das delegacias e dos estabelecimentos de detenção provisória. Excetuam-se, entretanto, aqueles que conseguem o benefício do relaxamento de seu flagrante ou a revogação da prisão preventiva.

O passo seguinte, de acordo com a lógica desse modelo é a transferência para os presídios e penitenciárias, nas quais aguardam seu julgamento, e, se condenados, são nesses estabelecimentos que serão abrigados os detentos até a obtenção do livramento condicional, da progressão de regime, ou ainda cumprimento integral da pena de reclusão.<sup>127</sup>

Ocorre que as prisões de entrada, as celas das delegacias, que teriam por função abrigar os presos temporariamente, por curto período, para que fossem encaminhados para os presídios, tem tido função diversa, abrigando os ali detidos por longos anos, às vezes até por todo o cumprimento da pena.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 100.

<sup>127</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>128</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

Entretanto, por não terem sido criadas com essa função, agora atribuída informalmente a elas, não possuem estrutura física, bem como recursos humanos e demais dispositivos previstos na Lei de Execuções Penais - LEP, suficientes para atender ao contingente de presos que abrigam, acumulando em seu interior presos já condenados, em processo judicial e ainda aqueles recém capturados ou presos em flagrante, muitas vezes ainda não denunciados.<sup>129</sup>

Veja-se o quadro elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – DEPEN:

---

<sup>129</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 100.





Como se extrai do quadro acima, o Brasil possui superlotação em quase todos os seus estabelecimentos penitenciários, chegando ao extremo de haver um déficit de 64.681 (sessenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e um) presos no estado de São Paulo, sobre o número de vagas disponíveis em todo o estado, que é de 163.676 (cento e sessenta e três mil e seiscentos e setenta e seis).<sup>131</sup>

Deste modo, não havendo a possibilidade de transferir os novos indivíduos presos que chegam todos os dias ao sistema penitenciário brasileiro para estes estabelecimentos, que já estão super lotados, mantém-se estes cidadãos nos estabelecimentos de entrada, sejam eles os centros de detenção provisória dos estados ou as delegacias regionais, ambos também já abrigando um número muito superior de internos do que seria a capacidade ideal do estabelecimento.<sup>132</sup>

Nesse sentido, conforme o Procurador do Rio de Janeiro Augusto Thompson<sup>133</sup>, o sistema está tão abarrotado, que, não tendo mais onde abrigar esses presos e nem sendo possível ejetá-los para a sociedade, não há outra maneira senão retê-los nos estabelecimentos de entrada. A esse respeito, o Procurador relata:

Tal situação se agrava sobremaneira pela circunstância de haver uma enorme desproporção entre o quantitativo de entrada do sistema e o de saída: aquele se faz aos borbotões, este a conta-gotas.<sup>134</sup>

Eis a situação caótica da prisão no Brasil: todas as instâncias carcerárias superlotadas e o número de presos aumentando independente do número de vagas do sistema.

No término desse processo, conforme Thompson<sup>135</sup>, o “produto final” é despejado na sociedade novamente, sem uma política criminal de reinserção e ressocialização, para reincidir no crime e retornar mais uma vez ao Sistema penitenciário, iniciando a fase do cumprimento de pena do início.

---

<sup>131</sup> BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – DEPEN. *Quadro sintético da população carcerária nacional por Estado*. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/depen>>, acesso em 4 out. 2011.

<sup>132</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 103.

<sup>133</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>134</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 102.

<sup>135</sup> THOMPSON. *Ibidem*. p. 101.

Diante deste cenário, o autor compara o sistema prisional e o educacional vigente:

[...] o sistema prisional assemelha-se a outros, como, por exemplo, o educacional: neste, a *entrada* dá-se na escola primária, cuja *saída* alimenta, com perda, o ginásio, o qual desemboca, também com perda, na universidade, de onde o produto final é expelido do sistema.”<sup>136</sup>

Entretanto, o autor faz uma ressalva quanto a essa comparação. Conforme ele, os estabelecimentos educacionais têm um limite físico aos alunos que nele ingressam. Disponibiliza-se um número determinado de vagas, que sendo preenchidas, esgotam-se e fim. A seguir, o grupo que termina o fundamental e ingressa no ensino médio vai diminuindo, assim como as vagas, chegando à universidade uma quantidade ínfima de alunos, quando comparada com aquela que entrou no sistema educacional no ensino básico<sup>137</sup>. A esse respeito escreve:

[...] Assim, completam o primário mais estudantes do que suporta o ginásio e terminam estes mais alunos do que a universidade pode receber. Como as sobras vão sendo expulsas, o sistema, por essa via, consegue manter em equilíbrio, ao menos razoável, a relação *lotação ideal X lotação real*.<sup>138</sup>

Já no sistema penitenciário, de acordo do o autor, não há como controlar quem entra ou fica de fora. As vagas não são restritas. Não há como aplicar a lei penal apenas para alguns. À medida que os indivíduos vão chegando ao Sistema, não há outra maneira senão amontoá-los todos, nos estabelecimentos prisionais existentes.<sup>139</sup>

Deste modo, as prisões e penitenciárias brasileiras estão apinhadas de indivíduos, que se misturam sem seleção de nenhum tipo. As celas abrigam o triplo, às vezes mais, que sua capacidade quando projetadas; os funcionários são em pequeno contingente diante do número de presos, sem falar na má remuneração que recebem; as condições físicas das prisões são péssimas, não propiciando sequer as mínimas condições de habitação.<sup>140</sup> Exemplificando este cenário, o médico Drauzio Varella narra em sua obra:

<sup>136</sup> THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 102.

<sup>137</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>138</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>139</sup> THOMPSON. *Ibidem*.

<sup>140</sup> VARELLA, Drauzio, 1943 – Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 111.

[...] Durante o dia, por exemplo, de dez a doze funcionários tomam conta de um pavilhão como o Oito, com mais de 1500 detentos reincidentes; à noite, o número cai para seis ou sete.<sup>141</sup>

[...] Nos xadrezes coletivos, como os de Triagem, com sessenta, setenta pessoas, as camas são substituídas por colchonetes de espuma de borracha, dispostos lado a lado no chão. A redução do espaço pode ser tal que os homens dormem invertidos, os pés de um no rosto do companheiro.<sup>142</sup>

Nesse ínterim, o próprio Sistema prisional brasileiro colabora com o aumento constante no número de presos, uma vez que não proporciona condições para que o detento desenvolva seu potencial laborativo e intelectual dentro da prisão.

Assim, o Estado custeia a estadia do detento no estabelecimento, na companhia de outros milhares revoltosos com o Sistema, com a estrutura precária a que são submetidos, com a alimentação subnutrida e com a superlotação, para que, ao ser posto em liberdade, este indivíduo não se depare com outra saída senão a reincidência no crime.

## 2.2. *Alguns casos exemplificativos do caos*

Em 28 de agosto de 2000, foi realizada, fruto de uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Pastoral Carcerária da CNBB, a segunda Caravana Nacional de Direitos Humanos, que visitou 6 estados brasileiros (Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), para verificar as condições dos presídios brasileiros, diante de constantes denúncias de maus tratos e condições precárias de subsistência, que chegaram à Comissão.<sup>143</sup>

Foram visitados 17 estabelecimentos, os quais, somados, abrigam 15 mil detentos, o que, conforme relatório emitido pela Comissão, “confere uma amostra bastante significativa” da realidade carcerária brasileira.<sup>144</sup>

<sup>141</sup> VARELLA, Drauzio, 1943 – Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 111.

<sup>142</sup> VARELLA. *Ibidem*. p. 39-40.

<sup>143</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 16.

<sup>144</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

De modo a expor, através de fatos, a realidade penitenciária brasileira, apresentam-se abaixo alguns casos mais dramáticos presenciados pela Comissão de Direitos Humanos no decorrer da caravana que visitou os presídios:

### **2.2.1. O caso do “Distrito Modelo” de Fortaleza**

O sistema penitenciário do estado do Ceará foi o primeiro a ser visitado pela Comissão de Direitos Humanos. Tal sistema é composto por 140 estabelecimentos prisionais, dos quais 135 são cadeias públicas, 3 são presídios (Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS, com 1.200 detentos, Instituto Penal Paulo Olavo Oliveira – IPPOO, com mais de 400 internos e o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, com 112 mulheres detidas) e 2 são colônias agrícolas.<sup>145</sup>

Até o ano de 2000, calculava-se o número de presidiários do estado no total de 5.200 presos. No entanto, as prisões cearenses, reunidas, deveriam abrigar no máximo 3.600, o que representa 1.600 internos a menos que a quantidade à época.<sup>146</sup>

Em relatório emitido, a Comissão de Direitos Humanos consignou que não houve, até a data em que o relatório foi elaborado, iniciativas do Ministério Público que tivessem como objetivo fazer com que o Estado retomasse o controle da situação carcerária, como era a sua obrigação.<sup>147</sup>

A Comissão também relata a carência de funcionários no Sistema, no qual, segundo o sindicato dos agentes penitenciários do Ceará, há um déficit de 800 agentes em atividade. Tal déficit gerou uma greve no estado, diante da qual o governo contratou, segundo a Comissão, sem amparo legal, 60 funcionários de uma empresa privada para trabalhar no sistema, os quais, mesmo após o término da greve, continuam trabalhando e sendo responsáveis por um enorme número de presos.<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 19.

<sup>146</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>147</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>148</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*. p.20.

Ainda conforme o relatório, “cerca de 80% dos presos cearenses são analfabetos ou semi-alfabetizados e percentual ainda maior não dispõe de advogado ou defensor”, e praticamente 100% deles não desenvolvem dentro dos estabelecimentos nenhuma atividade laboral ou cultural, ficando ociosos durante todo o cumprimento da pena. Apenas 200 internos, em todo o estado, atuam em alguma atividade dentro do presídio, em regra nas tarefas de cozinha e de manutenção da estrutura física prisional.<sup>149</sup>

Simultaneamente à ociosidade dos presos do Estado, o relatório descreve que, conforme constatado pela Comissão de Direitos Humanos, há no Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS (que abriga 1.200 internos) estrutura física que poderia ser destinada aos presos para que lhes fosse possibilitado trabalhar. Porém, tal estrutura encontra-se desativada<sup>150</sup>, como é demonstrado no trecho transcrito abaixo:

[...] há um galpão industrial onde poderiam estar trabalhando em um mesmo turno 600 presos. Além de maquinaria e recursos produtivos ociosos, o estabelecimento dispõe de 3 tanques para piscicultura, também abandonados. Se eles funcionassem, poderiam estar produzindo alimentos para toda a população carcerária do IPPS com excedentes para a comunidade.<sup>151</sup>

Em visita ao II Distrito Policial de Fortaleza, situado em um bairro nobre da região e, conforme relatório, descrito pelo governo do estado como “Distrito Modelo”, a Comissão se deparou a dramática situação a qual eram submetidos os que ali estavam internados – vale ressaltar – sem ainda sequer terem sido sentenciados.<sup>152</sup>

Conforme descrito, as celas são escuras e sem qualquer ventilação, sujas a tal ponto que o mau cheiro pode ser sentido antes mesmo de se entrar no local reservado à elas, a única abertura de cada célula não tem largura maior que 15 centímetros, e ainda assim é toda gradeada, baratas andam aos montes pelo cubículo e nas paredes, palavras e frases

<sup>149</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 20.

<sup>150</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>151</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>152</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*. p. 20-22.

escritas com sangue e restos de comida traduzem as condições as quais os ali detidos são submetidos.<sup>153</sup>

Ainda sobre as condições desumanas do II Distrito, a Comissão relata:

Todos esses presos estão obrigados a dormir no chão, sobre a lage, sem que lhes seja oferecido sequer um colchão ou uma manta. Disputam, assim, espaço com os insetos. A nenhum deles é permitido que tenha acesso, mesmo que restrito, a qualquer área aberta. Não tomam sol, não caminham nem se exercitam. A longa permanência naquele lugar nojento lhes provoca crises nervosas, acessos de choro e doenças, as mais variadas, destacadamente as doenças de pele e as branco-pulmonares. Assegura-lhes, também, uma coloração especial, algo assim como um tom esmaecido entre o branco e o amarelo, pelo que é possível lembrar, alternadamente, as imagens de hepáticos que perambulassem ou de cadáveres que insistissem em viver.<sup>154</sup>

Além de todas as mazelas já descritas, o relatório denuncia ainda que os presos do referido Distrito não recebem nenhum tipo de alimentação ou auxílio do estado, restando aos familiares dos detentos a tarefa, na maioria das vezes árdua, devido à condição de extrema miséria da maioria, de levar-lhes alimentos para que não morram de fome.<sup>155</sup>

Devido às condições absurdas de cárcere no II Distrito Policial de Fortaleza, após a visita da Comissão, membros da mesma, representantes da OAB e da Pastoral Carcerária apresentaram denúncia ao Ministério Público Estadual, na qual, fundamentados nos Tratados de Direito Internacional, na Lei de Execuções Penais e na Lei contra a Tortura, pediram ao órgão que interditasse imediatamente as celas do Distrito e que denunciasses os responsáveis pela manutenção dos presos nas circunstâncias descritas como incursos no crime de tortura, previsto em lei.<sup>156</sup>

Após mais de 10 anos contados desde a data da protocolização da representação ao Ministério Público, não há registros divulgados de que tenha ocorrido qualquer interdição às celas do II Distrito Policial de Fortaleza.

<sup>153</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 22.

<sup>154</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>155</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>156</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

### 2.2.2. O caso do Presídio Professor Aníbal Bruno – PE: o campeão da superlotação

Em visita ao presídio Aníbal Bruno, do Recife, que, de acordo com a Comissão de Direitos Humanos, seria um dos piores presídios do país, foi constatada situação de extrema superlotação. No dia em que a Comissão visitou o presídio, estavam ali detidos 2.988 presos, o que representa seis vezes a capacidade da instituição, que é de 524 internos.<sup>157</sup>

Além do número de internos muito superior àquele que a estrutura física do presídio suporta, o relatório constata problemas com os funcionários e polícias que trabalham no interior do mesmo.

De acordo com o laudo expedido, a disciplina dos detentos, de responsabilidade dos policiais militares, é desempenhada com arbítrio, “com uma dose de violência absolutamente despropositada e com uma série de castigos arbitrários e ilegais”<sup>158</sup>, conforme as palavras da própria Comissão que fez a visita à instituição.

Em uma passagem do relatório, a comissão descreve uma das celas do presídio, destinada ao castigo dos presos que cometem infrações disciplinares. Nesta cela, os internos ficavam isolados dos demais. Foi solicitado ao Diretor do presídio que permitisse uma entrevista em particular com alguns daqueles reclusos na cela, sem a presença de autoridades policiais ou administrativas do presídio. Tal solicitação foi veementemente negada.<sup>159</sup>

Ainda assim, alguns presos da cela do castigo, relataram, em frente aos policiais, carcereiros e administradores da prisão, que as infrações cometidas por eles, e que motivaram o isolamento, foram fruto de condutas irrelevantes. Um dos ali reclusos disse ainda que estava em isolamento há 76 dias, o que, segundo a Comissão, “é simplesmente inadmissível”.<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 39.

<sup>158</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>159</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>160</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.



O presídio Aníbal Bruno sofre constantemente rebeliões e fugas em massa, além de relatos de assassinatos violentos e maus tratos aos presos. De acordo com o relatório da Comissão, muitos internos se queixaram de terem sofrido agressões durante o período de triagem, ao chegarem ao estabelecimento.<sup>161</sup>

Em algumas celas, não há instalações sanitárias, o que obriga os presos a defecar em sacos plásticos. O mau cheiro é intenso e a sujeira atrai insetos e ratas, que convivem lado a lado com os internos.<sup>162</sup>

O atendimento médico é extremamente precário e escasso dentro da penitenciária. Os cuidados aos enfermos, que são em grande número, diante do cenário de mofo e sujeira no qual vivem, são desempenhados pelos próprios internos. Conforme o relatório, para toda a estrutura penitenciária ali existente – 2.988 presidiários – há apenas 2 médicos, 4 técnicos de enfermagem, 1 enfermeiro, 1 dentista, 2 psicólogos e 2 assistentes sociais.<sup>163</sup>

Em resposta aos questionamentos da Comissão sobre os tipos de castigos e punições disciplinares aplicadas aos presos dentro do presídio, o Diretor confessou que “todas as punições ali vigentes são ilegais”, o que confirmou os relatos dos internos à Comissão.<sup>164</sup>

### **2.2.3. O caso do Presídio carioca Evaristo de Moraes: Onde os direitos básicos têm preço.**

O relatório da Comissão a respeito do presídio Evaristo de Moraes inicia-se com uma descrição da estrutura na qual o estabelecimento prisional foi instalado. Trata-se de um enorme galpão, com teto alto, coberto por telhas rudimentares, que abriga 1.500 detentos cuja idade média é de 20 anos de idade. As celas ali inseridas não possuem teto, uma vez que suas paredes não alcançam a elevada altura do telhado do ginásio – o galpão tem 20 metros de altura e as paredes apenas 2 metros.<sup>165</sup>

---

<sup>161</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 39.

<sup>162</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>163</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*, p. 40.

<sup>164</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>165</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*, p. 50.

Devido à falta de cobertura por laje ou teto das celas e à estrutura de telhas que serve de cobertura ao presídio, inúmeros pombos tomam a estrutura metálica que segura o telhado como abrigo, defecando em cima dos presos dia e noite. Para evitar a chuva de dejetos, os presos se viraram como podiam: ergueram sobre as celas pedaços de pano de que dispunham. Trata-se de mantas velhas, retalhos e trapos de qualquer tecido que puderam encontrar.<sup>166</sup>

A cobertura rudimentar obtida pelos presos adquiriu coloração densa devido à sujeira e aos dejetos que absorve dia após dia. Formaram-se assim tendas fétidas e escuras que servem de abrigo aos internos durante todo o tempo que permanecem presos ali. São as “celas” do presídio Evaristo.

De acordo com o relatório, neste presídio as celas abrigam, cada uma, cerca de 52 detentos, totalizando 1.552 indivíduos no estabelecimento, e, segundo o Diretor da instituição, ainda haviam vagas abertas para receber mais pessoas.<sup>167</sup>

Além dos pombos que infestam o local, há também muitos ratos. Ao conhecimento da Comissão chegaram dois casos de leptospirose dentro do presídio, um deles já com óbito do enfermo, o outro, há dias em estado grave aguardando remoção para o hospital, que não ocorria nunca, segundo o Diretor, por falta de viatura – imediatamente após a Comissão tomar conhecimento sobre o caso, uma viatura apareceu e removeu o preso.<sup>168</sup>

A água servida aos internos é tão suja que chega a ser turva.<sup>169</sup>

Há no presídio várias celas para isolamento por infração disciplinar e para separar os presos que tenham sua integridade física ameaçada pelo convívio com os demais presos. Estas celas são as únicas que possuem teto.<sup>170</sup> O relatório descreve com detalhes as suas estruturas:

---

<sup>166</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 50.

<sup>167</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>168</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>169</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>170</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*, p. 50-51.

Essas celas, as únicas com teto, são cubículos escuros e sem aeração. Com 6 metros quadrados mais um pequeno espaço onde funciona o “boi”. Aí dentro, chegamos a encontrar 16 presos (!). Um deles dormia sobre a água que inundava o “banheiro”. O calor ali dentro e o cheiro – que de tão forte impregna a roupa – tornam a permanência naquelas celas, ainda que por alguns minutos, um sofrimento.<sup>171</sup>

Foi constatado um caso de espancamento de preso por agente penitenciário nas celas de isolamento, que além de deixar vários hematomas, deixou marcas nas costas do interno que denunciavam que agressão teve o uso ainda de um fio<sup>172</sup>, o que caracteriza a gravidade da agressão.<sup>173</sup>

Outro fato verificado pela Comissão durante a visita foi a cobrança do que deveria ser direito dos presos dentro do presídio. Eles relataram à Comissão que “tudo no Evaristo de Moraes é pago”.<sup>174</sup>

Para confirmar essas informações, o relatório da Comissão trás em seu texto os preços informados pelos presos pelos serviços que deveriam ser prestados pela Direção do presídio por direito deles:

Conversando com presos alojados em espaços diferentes, checamos os preços da “tabela” em vigor no estabelecimento: visita íntima – R\$ 100,00; troca de cela – R\$ 30,00; exame criminológico – R\$ 50,00; informações do computador sobre a execução penal – R\$ 10,00; saída ao pátio para jogar futebol – R\$ 10,00 etc...<sup>175</sup>

Ainda segundo relato dos presidiários ali recolhidos, “é comum que policiais militares encarregados da guarda externa efetuem disparos contra as galerias”. Os presos possuíam cartuchos provenientes dos disparos efetuados para comprovar a denúncia feita por eles.

Todavia, uma qualidade foi ressaltada pelo relatório emitido: “O presídio mantém aulas regulares – com 12 salas – onde estão matriculados mais de 600 internos. Esta foi a única qualidade verificada durante a visita ao presídio Evaristo de Moraes no Rio de

<sup>171</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 51.

<sup>172</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>173</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>174</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

<sup>175</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Ibidem*.

Janeiro, que, nas palavras da própria Comissão de Direitos Humanos “é, sem dúvida, um dos piores do mundo”.<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000, p. 51.

### 3. MÓDULO DE RESPEITO: O PROJETO

#### 3.1. *Implantação do Módulo e sua estrutura*

Desde os primórdios, legislações, projetos e regimentos sociais se mantiveram distantes da realidade da prisão, deixando às margens da sociedade aqueles que se desviavam da conduta social esperada. Surgiu então a necessidade de colocar um fim no ciclo de crueldade e brutalidade que sempre imperou diante do universo carcerário, de modo a restaurar os laços sociais rompidos pelo crime.<sup>177</sup>

A prisão sempre foi o local no qual eram recolhidos e excluídos do convívio social aqueles que eram considerados marginalizados da sociedade. Ocorre que esses estabelecimentos penitenciários, quase sempre não possuem a estrutura adequada a receber esses prisioneiros de modo a fazê-los se arrepender do ato criminoso cometido e voltar à sociedade verdadeiramente ressocializados e prontos para o convívio.<sup>178</sup>

Assim, as prisões “degeneram o indivíduo encarcerado como ser social”<sup>179</sup>, devolvendo à sociedade uma pessoa corrompida pelo ambiente no qual se manteve reclusa, quase sempre revoltada com a vivência das péssimas condições prisionais e completamente alheia ao meio social ao qual deveria ser reinserida.<sup>180</sup>

É preciso notar que os indivíduos presos não formam um grupo homogêneo. Dentre aqueles que se encontram em um estabelecimento prisional, diversos aspectos os diferenciam entre si, seja pela cultura, meio social e criação a que foram submetidos, seja pelo tipo penal ao qual são condenados ou acusados.<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Texto-Base. *Eixo 6. Diretriz para o Sistema Penitenciário*. Brasília. 2009. Disponível em <<http://www.conseg.gov.br>> *apud* BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 3.

<sup>178</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 2.

<sup>179</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>180</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>181</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*. p.3.

Nesse sentido, reconhecendo a pluralidade do sistema, apresenta-se o projeto de implantação dos Módulos de Respeito, tendo como uma de suas diretrizes “buscar alternativas, no sentido de minimizar esses efeitos causados pelo ambiente carcerário.”<sup>182,</sup>

Inspirado nessa necessidade de se reconhecer a pluralidade supracitada, no sentido de valorizar aqueles presos que demonstravam querer cumprir sua pena de modo a pagar à sociedade sua dívida e se ressocializar, o superintendente do Sistema de Execuções Penais do Estado de Goiás, Edilson Divino Brito, viajou à cidade de León, na Espanha para visitar um modelo prisional que pudesse representar o modelo ressocializador pelo qual o cenário prisional brasileiro clamava.<sup>183</sup>

Tal modelo inspirou o representante da superintendência, que voltou ao Brasil trazendo em mãos o projeto para, sendo adaptado, ter sua aplicação pioneira no estado de Goiás.<sup>184</sup>

Assim, o primeiro Módulo de Respeito foi implantado no Estado em 2010, com o objetivo de organizar a vida na prisão, reformulando o ambiente adequado para o cumprimento de cada fase da sanção penal, agregando assim, valor à personalidade do indivíduo preso. Nesse sentido, um trecho do projeto:

O Estado de Goiás ao adotar esse novo sistema de organização, reconceptualiza o ambiente apropriado para cada fase do cumprimento da pena, agregando outros elementos de caráter subjetivo, não mais focado em regras impostas, mas compartilhadas, sobretudo, estabelecidas a partir da relação da pessoa presa com o próprio ambiente prisional, fazendo com que o preso seja antes de tudo o “sujeito” de mudança, compromissado com a transformação do ambiente prisional.<sup>185</sup>

O Projeto teve início no Completo Penitenciário de Aparecida de Goiânia, onde foi montada a primeira estrutura destinada ao Módulo de Respeito. Iniciou-se com 80

---

<sup>182</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 2.

<sup>183</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>184</sup> Entrevista realizada em 27 de maio de 2011 com a gerente de Reintegração Social da Superintendência dos Sistema de Execução Penal, Marly Quermes, anexo II

<sup>185</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. Op. cit., p. 3.

presos participantes, porém, nos dias atuais, com a expansão do modelo para 15 outras cidades do estado de Goiás, já conta com 500 internos.<sup>186</sup>

De acordo com o que foi relatado pela gerência<sup>187</sup> do Projeto, outros 23 estados brasileiros já visitaram Aparecida de Goiânia e demonstraram interesse em copiar a iniciativa. Além deles, seis comitivas internacionais também foram conhecer de perto a estrutura inovadora, entre elas a da Suíça e a dos Estados Unidos.

Além destas visitas, o Módulo de Respeito recebeu também a visita do Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Gilmar Mendes, que foi conhecer o ambiente com o objetivo de garantir a empregabilidade aos presos selecionados a participar do projeto<sup>188</sup>. Esta seleção, conforme a equipe de Reintegração<sup>189</sup>, “[...]se dá de acordo com critérios específicos e previamente estabelecidos.”

De acordo com o projeto desenvolvido pelo Sistema de Execução Penal – SUSEPE, “a existência do módulo está atrelada, incondicionalmente, à oportunidade de trabalho remunerado aos seus integrantes, respeitando as restrições e especificidades de cada um deles.”<sup>190</sup>

Cada Módulo de Respeito conta com uma pequena fábrica, no interior de sua estrutura, na qual os presos desenvolvem sua atividade laboral.

Em Aparecida de Goiânia, esta fábrica pertence à empresa Hering Store, conceituada confecção de roupas em todo o país, que montou todo o aparato necessário para que os presos pudessem participar do processo de etiquetagem e embalagem de parte das mercadorias produzidas pela Companhia no Estado, remunerando-os por isso<sup>191</sup>.

---

<sup>186</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>187</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>188</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>189</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>190</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 4.

<sup>191</sup> Entrevista. Op.cit.

Hoje, todos os participantes do Módulo de Respeito da Unidade de Aparecida de Goiânia são empregados diretos da empresa, que reconheceu publicamente a parceria com o Estado de Goiás no projeto em seu site, afirmando-o como iniciativa social.<sup>192</sup>

O trabalho a ser desempenhado também é pré-estabelecido no projeto, devendo ser o mais próximo quanto for possível do regime de trabalho oferecido pela sociedade na vida fora do presídio, com jornada de oito horas diárias, e exigindo do interno o comprometimento com a sua produtividade, frequência, qualidade do serviço prestado e disciplina, de maneira que, quando cobrados por um empregador fora do cárcere, tenham plena condição de retribuir a expectativa.<sup>193</sup>

Para a seleção dos participantes, o projeto é apresentado a todos os presos que cumprem pena no regime prisional fechado comum, através de palestras desenvolvidas pela Superintendência do Sistema Penal de Execução Penal – SUSEPE, nas quais são expostas todas as características do mesmo, bem como as obrigações que terão que cumprir e as vantagens obtidas com o ingresso no Módulo de Respeito.<sup>194</sup>

Após cientificar a todos sobre o que se trata o projeto e a maneira como deve ser manejado tanto pelos próprios reclusos quanto pelos funcionários, os detentos podem se candidatar às vagas disponíveis no módulo de respeito, vagas estas que correspondem exatamente ao número que comporta o sistema, composto por alojamentos pré-moldados com 08 camas cada, de modo a impedir a superlotação.<sup>195</sup>

Não é permitido que qualquer indivíduo participante do projeto durma no chão ou não possua sua própria cama, impedindo assim a possibilidade de ser inserido no mesmo, um número de detentos superior ao número de vagas/camas disponíveis.

Tais dormitórios são constituídos, além das oito camas, de prateleiras dispostas uma em cada leito, de modo a abrigar os pertences dos internos e organizar a estrutura, uma vez que é terminantemente proibido manter roupas e objetos pessoais

---

<sup>192</sup> HERING STORE. Seção de Sustentabilidade. Disponível em <<http://www.ciahering.com.br/site/public/uploads/tinymce/files/projetos.pdf>>, acesso em 13 set. 2011.

<sup>193</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 3.

<sup>194</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>195</sup> Entrevista. *Ibidem*.



espalhados pelo quarto, devendo ser todos organizados e arrumados no espaço destinado a cada detento.

**Imagem 1 – Dormitórios dos participantes do projeto.**



Fonte: acervo fotográfico.

**Imagem 2 – cama de um interno.**



Fonte: acervo fotográfico.

Há também uma pequena dispensa para alimentos não perecíveis ou de consumo imediato e um banheiro, com um vaso sanitário e uma pia, que, de acordo com o regulamento, devem ser mantidos sempre limpos.

**Imagem 3 – Dispensa de alimentos no interior do alojamento.**



Fonte: acervo fotográfico.

**Imagem 4 – Pia e vaso sanitário de um alojamento do Módulo.**



Fonte: acervo fotográfico.

O projeto também garante que, antes de ser implantado, seja feito um estudo que comprove que é possível garantir o isolamento dos participantes dos demais presos do estabelecimento prisional comum, vez que, conforme descrito no plano de implantação<sup>196</sup>, estes participantes “sofrem discriminação por parte dos detentos que não participam do projeto”.

Após a manifestação dos detentos, se querem ou não participar, aqueles que demonstraram interesse são submetidos a uma triagem, de acordo com a gerência de reintegração<sup>197</sup>, composta de 4 etapas, a seguir descritas:

1ª etapa – **Avaliação de segurança:** é feita pelo diretor do presídio, conjuntamente com a equipe de segurança, que emite parecer declarando que aquele indivíduo, interessado em participar do programa, não é perigoso para a segurança e integridade dos demais companheiros que venham a integrar o projeto com ele, bem como atestam o bom comportamento do detento;

2ª etapa – **Avaliação do setor administrativo:** obtendo parecer positivo na etapa de segurança, o pedido do detendo será ainda analisado pela direção do presídio, juntamente com o coordenador local do projeto, que analisaram se o preso preenche de fato os requisitos exigidos: bom comportamento, ausência de envolvimento em conflitos dentro do estabelecimento prisional, demonstração de respeito pelos funcionários e demais colegas detidos e, acima de tudo, se demonstra vontade de “largar o crime”;

3ª etapa – **Avaliação da gerência de reintegração:** esta etapa constitui análise psicológica do preso, feita por um psicólogo da equipe de funcionários do módulo, que verificará se o candidato tem de fato a intenção de se ressocializar ou se está apenas tentando ludibriar o sistema para obter melhores condições dentro da prisão;

4ª etapa – **Entrevista social:** é a última fase do processo de triagem. É neste momento que é feita a entrevista do preso com o profissional de assistência social, funcionário

---

<sup>196</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 4.

<sup>197</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

do projeto, que verificará se o preso possui condições físicas, psicológicas e morais de ingressar no módulo.

Por fim, ao concluir a fase de triagem, aqueles que melhor atenderem aos requisitos, demonstrando interesse em ingressar no módulo, de maneira a serem submetidos ao chamado tripé oferecido pelo projeto: Trabalho – Educação – Vivência em comunidade<sup>198</sup>, são convidados a assinar um contrato voluntário, no qual comprometem-se ao cumprimento dos regulamentos do programa, quais sejam:

1. No ingresso ao módulo, o interno passará a fazer parte de um dos grupos de tarefas indicada pela comissão técnica e pela comissão de recepção formada pelos internos;
2. Todas as tarefas diárias de manutenção, conservação e limpeza dos alojamentos serão atribuídas em comum, entre os próprios internos, e as decisões deliberadas nas reuniões devem ser rigorosamente cumpridas, sob pena de exclusão do programa.
3. As limitações, formas de comportamento, vestuário, atividade diversas, poderão ser objetos de deliberação entre os internos, contudo respeitando as normas da unidade prisional, a legislação e os bons costumes;
4. Não haverá tolerância, em caso de uso de substâncias ilícitas (drogas) entre os internos, sob pena de exclusão sumária do programa;
5. Cada grupo elegerá um representante semanal, em forma de rodízio, cuja função é realizar a fiscalização da execução das tarefas, além de ser o porta voz do grupo;
6. A condenação por falta disciplinar poderá, conforme a gravidade da infração gerar a expulsão do programa, ou a expulsão de imediato em casos de perturbação ou ameaça da segurança do módulo;
7. Haverá no módulo um quadro avaliativo de comportamento e cumprimento das obrigações, que em caso de descumprimento gerará um ponto negativo, sendo que o acúmulo de 03 pontos em cada atividade poderá ocasionar a expulsão do módulo. As avaliações serão diárias, que poderão ser: NORMAL, POSITIVA OU NEGATIVA;

---

<sup>198</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 6.

8. Haverá ainda a composição de comissões temáticas, que surgirão de acordo com as necessidades do módulo sendo, portanto, órgãos de deliberação do setor, onde suas indicações devem ser observadas;

9. Ficam autorizadas as seguintes peças de roupas: na parte inferior do corpo (no máximo 03 calças, 05 bermudas, 5 meias, 08 cuecas e 03 pares de calçados); e na parte superior (06 camisetas e 02 camisas); e também 02 toalhas e roupas de cama;

10. **A qualquer momento, o integrante poderá pedir seu desligamento do Programa do Módulo de Respeito, fazendo simplesmente a comunicação à comissão técnica.**<sup>199</sup>

Assim, estando cientes de todos os termos e condições, os presos participantes assinam o contrato e passam a compor então o grupo que integra do Módulo de Respeito.

### 3.2. *Funcionamento do projeto*

Após o ingresso no Módulo, os internos passam a ser avaliados diariamente por um funcionário, que verifica o cumprimento das normas. A partir desta avaliação individual, serão estabelecidas quais as tarefas do grupo naquela semana. A esse respeito, a equipe de gerência, explica:

O fato de a conduta individual interferir diretamente na rotina da coletividade faz com que os internos cobrem uns dos outros o cumprimento das regras, assim, é uma maneira de manter a ordem e organização dos alojamentos com a colaboração dos presos.<sup>200</sup>

Todos os internos que integram o projeto devem, obrigatoriamente, participar ativamente da estrutura de gestão prevista no regulamento. Essa estrutura é composta, no mínimo, de uma **reunião diária**<sup>201</sup>, feita com todos os internos conjuntamente com um membro da equipe técnica, que pode ser um agente ou um assistente social; uma

<sup>199</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito: Contrato Voluntário*, 2010, anexo A, p. 27.

<sup>200</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>201</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 4.

**assembléia de responsáveis**<sup>202</sup>, feita uma vez por semana, geralmente aos sábados, com a participação somente dos internos. Sobre estas estruturas, a administração do Projeto declara:

Essas assembléias têm como objetivo incentivar o debate entre os internos, de forma organizada, regular, e sem a pressão que eles dizem sentir na presença dos agentes<sup>203</sup>.

Por fim, há a reunião para **avaliação semanal pela equipe técnica**<sup>204</sup>, que ocorre todas as segundas feiras, após o horário de trabalho, entre os presos e a comissão técnica do módulo, na qual é avaliada a conduta dos internos individualmente e dos grupos residentes dos alojamentos, verificando o cumprimento dos requisitos objetivos e subjetivos do programa.

De acordo com a gerente de reintegração Marly Quermes, ao acompanhar as reuniões e assembléias das quais os presos participam, já é possível notar a influência da disciplina do projeto nas observações e comentários feitos pelos presos e no modo como se dirigem uns aos outros e aos funcionários<sup>205</sup>. Nesse sentido, afirma:

Nos presídios comuns, fora do ambiente proporcionado pelo Módulo de Respeito, os presos se referem uns aos outros por apelidos que chegam a ser ofensivos ou pelos artigos nos quais foram incursos, além de dialogarem entre si com uma linguagem extremamente desrespeitosa. Muitos falam alto e pronunciam palavrões com frequência. Aqui no nosso projeto, estamos notando que isso tem diminuído. Eles estão mais educados e muito mais sociáveis<sup>206</sup>.

Ao ingressar no projeto, os internos passam a ser proibidos de se chamar por apelidos ou por números, em referência ao artigo do Código penal que infringiram<sup>207</sup>. Conforme Marly explica, todos têm um nome, pelo qual devem ser chamados, “é uma maneira de resgatar a personalidade de cada um<sup>208</sup>”, afirma.

<sup>202</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 4.

<sup>203</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>204</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. Op.cit., p. 5.

<sup>205</sup> Entrevista. Op.cit.

<sup>206</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>207</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>208</sup> Entrevista. *Ibidem*.

Conforme o projeto, “O objetivo do módulo é conseguir um clima de convivência harmônica quanto às normas, valores, hábitos e forma de interação como qualquer coletivo social”<sup>209</sup>.

Nesse sentido, o mecanismo utilizado no Módulo de Respeito para que essa convivência seja plenamente alcançada, é chamado de **Organização informal**<sup>210</sup>, que envolve, além da questão organizacional objetiva, a limpeza, higiene, conservação do ambiente, pontualidade, assiduidade e responsabilidade nas tarefas diárias, enfim, a cientificação da necessidade de seguir regras para que a vida em comunidade flua de maneira a possibilitar uma convivência pacífica e harmoniosa, gerando laços de amizade, respeito e afinidades entre os presos.<sup>211</sup>

### 3.2.1. As comissões compostas pelos internos

Também no rol que compõe a estrutura mínima obrigatória ao Módulo, estão as comissões compostas pelos internos, com a supervisão direta ou indireta da administração. De acordo com o projeto de implantação, são três os objetivos das comissões de internos:

a) Funcionam como mecanismo que permite aos internos participar da organização do projeto, bem como manifestar opiniões e participar do desenvolvimento dos critérios aos quais eles mesmos serão submetidos;<sup>212</sup>

b) Geram no preso a criação de valores tais como o comprometimento e a responsabilidade com suas tarefas no módulo;<sup>213</sup>

c) Exercitam aptidões como a capacidade de mediar conflitos, dialogar com o próximo e negociar soluções de forma pacífica e organizada;<sup>214</sup>

<sup>209</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 5.

<sup>210</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>211</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*. p. 11.

<sup>212</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*. p. 11.

<sup>213</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*. p. 11.

Está prevista no projeto a possibilidade de criação de comissões *ad hoc*, que podem ser criadas para determinadas ocasiões ou festividades, bem como pela verificação por parte dos presos em assembléia, ou da equipe de funcionários, de uma necessidade que tenha surgido entre os presos.<sup>215</sup>

Além destas comissões provisórias, há aquelas definidas como essenciais à estrutura do projeto. São elas:

**a) Comissão de convivência:** composta por três ou quatro internos, que devem ser eleitos na assembléia semanal de responsáveis, que possui a função de gerir quaisquer conflitos que surjam entre os presos do projeto. Esta comissão atua sempre que um conflito entre os internos é detectado, podendo agir ao ser acionada por algum interno, ou ainda por conta própria, quando seus membros percebem algum desentendimento no convívio do Módulo. Foi criada para impedir que pequenas desavenças tomem grandes proporções internas e atrapalhem a relação dos membros do projeto<sup>216</sup>.

Caso a Comissão de Convivência não consiga resolver um problema, deve acionar imediatamente a administração do Módulo através de um funcionário, que atuará diretamente com os internos responsáveis pelo conflito, podendo inclusive retirar o privilégio de participação do Projeto, retornando o preso para o regime comum de cumprimento da pena<sup>217</sup>.

**b) Comissão de acolhida:** auxilia os recém chegados ao projeto em seus primeiros dias, ensinando a eles os regulamentos e especificidades da vivência no módulo. Esta comissão visa facilitar a adaptação dos novos participantes, apresentando-lhes os demais membros e as comissões. É também através da Comissão de Acolhida que o alojamento de cada novo participante é determinado, verificando as afinidades entre os presos e visando

---

<sup>214</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 11.

<sup>215</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>216</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>217</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.



também o equilíbrio numérico do projeto (em Aparecida de Goiânia, a capacidade é de 08 membros por alojamento)<sup>218</sup>.

**c) Comissão de Assistência Jurídica:** visa facilitar aos presos participantes do projeto o acesso ao andamento de seu processo judicial e esclarecer quaisquer dúvidas jurídicas que ocorram<sup>219</sup>. Conforme a gerência do Projeto, a maior procura à comissão se dá quanto ao *quantum* da pena a ser cumprida:

É muito comum que os presos peçam ajuda ao monitor da Comissão de Assistência Jurídica para verificar o andamento de seus recursos ou ainda indagam os profissionais juristas da Comissão quanto à pena que ainda devem cumprir. Em um modelo de prisão comum, é muito difícil que esse auxílio ocorra. Temos notícias de presos que precisam pagar agentes penitenciários para que lhes informem o andamento de seus processos.<sup>220</sup>

A Comissão de Assistência Jurídica é composta por um monitor, que deve obrigatoriamente ser interno participante no Projeto. Este preso é o responsável por recolher as dúvidas e questionamentos dos demais detentos do Módulo e repassá-las aos restante do grupo, que é composto por voluntários, não presos, com algum *know how* jurídico<sup>221</sup>, como por exemplo, de acordo com o Projeto, “[...] advogados voluntários, advogados de instituições como: Pastoral Carcerária, Conselho da Comunidade, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras.”<sup>222</sup>,

Todas as comissões são compostas por presos eleitos semanalmente, em esquema de rodízio, assim, todos irão necessariamente integrá-las em algum momento.

### 3.2.2. Os grupos e os alojamentos

O Módulo de Respeito do presídio de Aparecida de Goiânia, que foi o pioneiro, completou um ano de existência no dia 28 de julho de 2011. É composto por dez

<sup>218</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 13.

<sup>219</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*. p. 13-14.

<sup>220</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>221</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Op.cit*.

<sup>222</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

alojamentos, que comportam oito internos em cada um, totalizando 80 internos participantes.

223

Conforme a coordenação do presídio, o projeto tem feito tanto sucesso entre os presos, que já há a previsão da expansão da área dedicada ao Módulo no local, para que possa comportar mais internos.<sup>224</sup>

Todos os detentos possuem cama, não sendo permitido um número de internos superior ao número de leitos em cada alojamento, de modo que todos tenham local apropriado para dormir. Ao lado de cada cama, cada preso possui uma prateleira, que é o local indicado para guardar roupas e objetos pessoais.<sup>225</sup>

O ambiente do alojamento deve estar sempre arrumado, limpo e organizado, sendo requisito objetivo analisado pelos fiscais diariamente. Assim, a primeira atividade do dia de um preso do Módulo de Respeito é a organização da sua cama e de seus pertences pessoais antes de sair para as atividades do dia.<sup>226</sup>

Também não é permitido escrever, rabiscar ou colar qualquer tipo de gravura ou foto nas paredes do alojamento, devendo manter as paredes na cor branca, assim como quando ingressaram no projeto.<sup>227</sup>

Cada célula possui um banheiro, coletivo a todos os oito indivíduos que ali vivem, havendo nele uma pia e um vaso sanitário. A higiene pessoal, bem como os banhos são obrigatórios e diários a todos os detentos.<sup>228</sup>

Devido ao espaço reduzido do quarto, a quantidade de peças de roupa e calçados é reduzida e deve ser rigidamente respeitada, não podendo um detento ter mais ou melhores pertences que o outro.<sup>229</sup> Isso, conforme a gerente do projeto em Aparecida de Goiânia, para que não ocorra a sensação que alguém é melhor ou mais importante que o outro.

---

<sup>223</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>224</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>225</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>226</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>227</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>228</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>229</sup> Entrevista. *Ibidem*.

“No módulo, todos recebem tratamento igual, sem discriminações de qualquer tipo”<sup>230</sup>, afirma.

Dentro de cada alojamento, semanalmente, há um responsável eleito dentre os moradores, que deve organizar a rotina do grupo, dividindo as tarefas e administrando os conflitos que possam vir a surgir dentro daquele grupo. É também tarefa deste responsável ir à reunião semanal da assembléia dos responsáveis, aos sábados, representando os demais moradores de seu quarto.<sup>231</sup>

A eleição deste responsável é feita semanalmente e de forma espontânea, entretanto, a rotatividade é obrigatória, ou seja, todos devem, necessariamente, ser eleitos líderes, variando a cada semana.<sup>232</sup>

De acordo com a equipe que coordena o projeto, essa rotatividade possibilita que todos vivenciem a experiência de gerir e administrar o grupo, exercitando sua liderança e trabalhando os vícios negativos de comportamento.<sup>233</sup>

### **3.2.3. As avaliações a que são submetidos os internos**

Os presos são submetidos diariamente à avaliação dos fiscais. Essa avaliação é feita com base em quesitos específicos, de conhecimento dos presos, e em quesitos subjetivos, a critério do fiscal avaliador.

Conforme explica a gerente de reintegração social do Módulo, “as condutas exigíveis a um interno do Módulo de respeito não são extraordinárias ou extremamente rígidas”<sup>234</sup>.

Os comportamentos cobrados dos internos assemelham-se àqueles exigidos e praticados pela sociedade em seu convívio diário. Assim, não existe uma lista específica e imutável com todas as condutas que um interno deve ter dentro do estabelecimento. As regras

---

<sup>230</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>231</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 8.

<sup>232</sup> Entrevista. Op.cit.

<sup>233</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>234</sup> Entrevista. *Ibidem*.

são criadas ao passo que o Módulo se desenvolve, influenciadas pelos resultados das reuniões e assembléias e pelo retorno dado pelos próprios internos à equipe técnica do módulo.<sup>235</sup>

A respeito da criação de normas e regras nos Módulos de Respeito, um trecho do projeto:

Para incorporar uma nova norma os passos essenciais são:

1º - Informar os internos nas reuniões diárias, normalmente de forma reiterada, avisando e recordando durante vários dias em murais fixados em pontos estratégicos.

2º - Informar os funcionários e o resto dos profissionais que trabalham no módulo.<sup>236</sup>

A avaliação dos fiscais é feita em uma folha de registros, na qual há campos determinados para cada interno do alojamento, atribuindo-se as seguintes menções, conforme o juízo do fiscal: **normal; positivo; ou negativo.**<sup>237</sup>

A avaliação semanal feita pela equipe técnica ocorre da seguinte maneira, conforme o projeto de implantação:

O registro das avaliações diárias é recolhido e analisado pelo funcionário do módulo na primeira hora da manhã do dia seguinte. Este servidor aponta as informações de todos os registros diários da semana e repassa para a Equipe Técnica, o que ocorre todas as segundas-feiras. A avaliação semanal tem um caráter global e subjetivo, ainda que determinado pelos dados objetivos da avaliação diária.<sup>238</sup>

A avaliação semanal da equipe técnica classifica o interno como: **favorável**, quando não possui pontos negativos ou possui um ponto negativo e um positivo durante a

<sup>235</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 9.

<sup>236</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>237</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*, p. 10.

<sup>238</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

semana, **desfavorável**, quando tem três ou mais pontos negativos, **ou normal**, nos casos em que tem dois pontos negativos e um ou mais positivos.<sup>239</sup>

Conforme o projeto, “Um interno pode ter vários negativos e positivos na mesma semana, mas só uma qualificação de favorável, normal ou desfavorável.”<sup>240</sup> Assim, independente da quantidade de pontos negativos ou positivos em suas avaliações diárias da semana, um interno pode ser considerado desfavorável se tiver cometido alguma falta considerada grave pela comissão técnica ou ainda quando não estiver coexistindo harmonicamente com o grupo ou executando de maneira correta as suas tarefas.<sup>241</sup>

Àqueles considerados desfavoráveis, podem ser expulsos compulsoriamente do projeto, á critério da comissão técnica, conforme consta do contrato assinado pelos internos para participar do Módulo.<sup>242</sup>

### 3.3. *A parceria entre a Hering Store e o Módulo de Respeito*

Todos os presos que estão inseridos no Projeto devem trabalhar. A grande maioria trabalha na empresa montada no interior do presídio, e o restante, compõe a equipe responsável pela cantina e pela limpeza do ambiente exterior aos alojamentos (estes devem ser limpos pelos moradores.). Estes são remunerados pelo Estado.<sup>243</sup>

Conforme já mencionado, a empresa Hering Store foi a primeira a estabelecer parceria com o Estado de Goiás no projeto do Módulo de Respeito, fornecendo a aparelhagem necessária e todo o material para que os presos pudessem trabalhar em sua fábrica que funciona dentro do presídio.

---

<sup>239</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010, anexo A, p. 10.

<sup>240</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>241</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Ibidem*.

<sup>242</sup> BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito: Contrato Voluntário*, 2010, anexo A, p. 27.

<sup>243</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

Os participantes do projeto que ali trabalham tornam-se funcionários da empresa, devendo cumprir normas e horários previamente estabelecidos no contrato de trabalho que assinam com a empresa.<sup>244</sup>

De acordo com a gerência do Módulo, tal vínculo empregatício oferece vantagens tanto para os presos, quanto para a empresa contratante<sup>245</sup>. Segundo ela, ao contratar um presidiário, a empresa não está sujeita às exigências e formalidades previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ficando livre da maior parte dos encargos obrigatórios devidos aos empregados celetistas, tais como férias, aviso prévio e demais verbas trabalhistas.<sup>246</sup>

A contratação do empregado rege-se pela terceira seção da Lei de Execuções Penais – LEP, que se refere ao trabalho externo do preso, ficando a empresa privada contratante restrita à remuneração do empregado/preso pelo serviço prestado.<sup>247</sup>

Para a gerente Marly Quermes<sup>248</sup>, é uma grande economia para a empresa quanto às custas empregatícias e uma boa oportunidade para o preso fugir do ócio gerado pela reclusão, gerando renda para si próprio e para sua família e ainda remindo sua pena<sup>249</sup>. “É um ótimo negócio para todos”, afirma a gerente.

Em Aparecida de Goiânia, os participantes do Módulo de Respeito trabalham de segunda a sexta, oito horas por dia, com intervalo de duas horas para o almoço. Todos têm sua produtividade avaliada diariamente por funcionários da Hering Store, que controlam as mercadorias que entram e saem do estabelecimento.<sup>250</sup>

---

<sup>244</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>245</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>246</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>247</sup> BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n.º 7.210* de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.

<sup>248</sup> Entrevista. *Op.cit*.

<sup>249</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>250</sup> Entrevista. *Ibidem*.

Conforme a gerência<sup>251</sup>, “tudo funciona exatamente como em uma empresa comum da sociedade, com controle de produção e exigibilidade de bom desempenho”, e continua: “estamos preparando os internos para o convívio com a sociedade.”.<sup>252</sup>

Após o trabalho, é proporcionada a todos os internos que não possuem o ensino médio completo a oportunidade de estudar. Aqueles que já concluíram a escola ou que não têm interesse em frequentá-la, devem recolher-se aos alojamentos, podendo assistir televisão ou desempenhar qualquer outra atividade de lazer que queiram, desde que não atrapalhe os companheiros.<sup>253</sup>

### **3.4. O ensino proporcionado aos participantes do Projeto**

Dentro da estrutura do Projeto do Módulo de Respeito, todos aqueles presos que quiserem estudar até o último ano do Ensino Médio, têm esta oportunidade. Fazem parte do projeto, professores voluntários, que dão aulas aos internos no período da noite, após o horário de trabalho deles.<sup>254</sup>

Entretanto, segundo a gerente do projeto, não é obrigatório aos presos frequentarem as aulas, embora, até a data da entrevista, conforme ela, todos aqueles que não possuíam o ensino completo, estivessem, por livre e espontânea vontade, frequentando a escola do presídio<sup>255</sup>.

A grande inovação, no que tange à educação para os presos que integram o projeto no Módulo de Aparecida de Goiás, é a possibilidade de um curso superior dentro do presídio de Aparecida de Goiânia.<sup>256</sup>

Conforme a equipe que coordena o projeto, já existe uma parceria entre a Superintendência do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás e a Universidade Alfredo Nasser – Unifan, que do ano de 2008 a 2010 disponibilizou 20 bolsas de estudo para presos do regime aberto e semi aberto das unidades prisionais de Goiânia e entorno, que desde então

---

<sup>251</sup>Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>252</sup>Entrevista. *Ibidem*.

<sup>253</sup>Entrevista. *Ibidem*.

<sup>254</sup>Entrevista. *Ibidem*.

<sup>255</sup>Entrevista. *Ibidem*.

<sup>256</sup>Entrevista. *Ibidem*.

estão estudando, nos cursos de Direito, Matemática, História, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia e Sistemas para Informática<sup>257</sup>.

No ano de 2011, foram disponibilizadas pela Unifan mais oito bolsas de estudo. Os presos que tiverem interesse nas vagas, devem prestar o vestibular da instituição, e, passando, serão beneficiados pelas bolsas.<sup>258</sup>

Conforme afirma a coordenação do Projeto<sup>259</sup>, a intenção agora é trazer a oportunidade de cursar um curso superior para aqueles detentos do regime fechado que participam do Projeto do Módulo de Respeito. Segundo ela, está em curso uma negociação de parceria com a Universidade Federal do Estado de Goiás para que ministre um curso superior aos internos.<sup>260</sup>

A coordenadora relata ainda que a intenção da SUSEPE é promover inclusive um vestibular entre os internos, para a disputa das vagas que serão disponibilizadas pela instituição, o que, segundo afirma, estimulará o estudo dos presos.<sup>261</sup>

Como se observa, a proposta do Módulo de Respeito, observados todos os seus pressupostos, em especial a estrutura, o modelo de funcionamento, a definição das comissões, a formatação dos grupos, a logística dos alojamentos, o processo de avaliação dos internos, bem como a parceria profissional ajustada com empresas de grande porte e por fim, a disponibilização de uma alternativa de treinamento para os internos, constitui uma alternativa perfeitamente possível de ser adotada no país como um todo.

As análises detidas das características deste modelo indicam que não há nenhuma variável que escape ao controle gerencial da direção das unidades prisionais, ou, dito de outra maneira, todas as condições de implantação estão à disposição das autoridades que atuam no setor de forma que, em resumo, o modelo constitui uma alternativa ao caos penitenciário no Brasil.

---

<sup>257</sup> Entrevista realizada em 27 de maio 2011, com a gerente de Reintegração Social da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Goiás, Marly Quermes, apêndice A.

<sup>258</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>259</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>260</sup> Entrevista. *Ibidem*.

<sup>261</sup> Entrevista. *Ibidem*.



## CONCLUSÃO

Como restou evidenciado, a questão prisional, mesmo diante da existência de diferentes sistemas, cresce como problema de política pública, diante de um processo de encarceramento em massa, que não se limita a realidade brasileira porquanto, pode ser visto em diversos países do mundo, dentre os quais os citados neste trabalho, Estados Unidos e Suécia.

Independentemente de discutir-se a multiplicidade das razões que levam o indivíduo a optar por métodos ilícitos como mecanismo para vencer os problemas sociais e financeiros que os cercam, o fato aqui objeto de análise são os modelos prisionais propriamente ditos.

Ao aderir, pelas mais diversas razões, sejam elas pessoais, situacionais, sociais ou circunstanciais à alternativas ilícitas, muitos brasileiros estão sujeitos à punições que a legislação vigente impõe a eles, sendo encaminhados ao cárcere a medida que o Estado toma conhecimento da prática ilegal.

É o chamado *tiro no pé*. O indivíduo que poderia ter no cumprimento da pena uma chance de rever sua conduta e buscar alternativas lícitas como forma de vida do momento em que fosse posto em liberdade em diante, sai da cadeia com ódio do sistema, com maior conhecimento do universo do crime, através das experiências trocadas dentro do presídio e, sobretudo, sem nenhuma chance no mercado de trabalho: seja pela falta de incentivo e de políticas que barrem o preconceito da sociedade, seja pela falta de capacitação.

Ao explorar o universo carcerário ao longo do tempo pelo mundo, nota-se que a reclusão dos indivíduos que praticam crimes quase sempre teve o intuito de isolá-los do convívio social apenas como mecanismo de punição e para dar uma resposta a uma sociedade incentivada a nutrir ódio àqueles que infringiam a lei. Pode-se verificar também que nenhum dos modelos penitenciários que atuaram nesse sentido foram bem sucedidos, apresentando sempre resultados insatisfatórios quanto à redução da criminalidade e da violência.

Nesse sentido, dúvida não há que a prisão não soluciona o problema da criminalidade. Se o aumento do número de encarcerados representasse uma diminuição deste índice, os países mais encarceradores do mundo, como os Estados Unidos, Brasil, Rússia,

entre outros citados neste trabalho, não possuiriam indicadores de violência e crime tão elevados em suas estatísticas.

Todavia, embora a prisão não seja a solução, enquanto o mecanismo de encarceramento existir, o que se pode imaginar em homenagem ou defesa aos direitos fundamentais da pessoa humana, são modelos de cárcere que privilegiem o respeito a estes direitos essenciais. Modelos estes que devem ser difundidos, visando uma implantação cada vez mais ampla.

Nesse ínterim, não basta que a estrutura física das penitenciárias seja reformulada. Faz-se necessária uma política pública que contemple o interno como cidadão, dando ênfase a uma política educacional que alcance estes indivíduos e os capacite de forma a mostrar um caminho digno para viver, com cidadania e nos limites da lei.

Diante do cenário de superlotação e falta de investimento no indivíduo encarcerado por parte do Estado que vem sendo vivenciado no Brasil, o Módulo de Respeito assentado no tripé: **trabalho, educação e vivência em comunidade**, que já se pode dizer bem amadurecido com a experiência, diga-se, de passagem, notável da **SUSEPE**, levada a efeito no município de Aparecida de Goiânia, é uma referencia extremamente positiva e uma esperança de dignidade num universo de crueldade.

A visita *in loco* realizada para efeito de construção do presente trabalho deixou, mais do que lembranças, a convicção de que há uma alternativa para a caótica situação dos presídios no Brasil e que o nascedouro desta possibilidade pode passar por diversas experiências, contudo, sem dúvida, haverá de passar pelo Módulo de Respeito desenvolvido no vizinho Estado de Goiás.

Em conclusão, comungamos com o pensamento colhido junto às autoridades e, porque não dizer, também junto aos técnicos que atuam no Módulo de Respeito, no sentido de que ao proporcionar ao indivíduo encarcerado a oportunidade de trabalhar, estudar e conviver em um ambiente de respeito e civilidade, respeitando sua condição de ser humano, se está oferecendo ao preso a oportunidade de rever sua conduta ilícita, refletir sobre os seus atos e se reciclar, podendo assim sair da penitenciária apto para o convívio social e capacitado para ser empregado e seguir sua vida dignamente.

Ao difundir a possibilidade real de uma ressocialização e recuperação de indivíduos criminosos perante a sociedade, estar-se-á contribuindo para quebrar o estigma

existente sobre os ex presidiários, no qual acredita-se que são irrecuperáveis, ignorando-os e deixando-os sempre às margens do convívio com os demais cidadãos.

Se incorporarmos no meio social a idéia que através da educação e do trabalho é possível reverter o quadro de criminalidade vigente hoje no Brasil, é possível frear a reincidência, recepcionando aqueles que saem das cadeias com oportunidades e confiança, ao invés de olhares de reprovação e preconceito.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damasceno de. Evolução histórica dos regimes e do Sistema Penitenciário in *Jus Vigilantibus*, Vitória, 30 abr. 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>.

BENTHAN, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva, 2001,

BOOTH, Wayne C. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL, Congresso Nacional. Caravana Nacional de Direitos Humanos. *Relatório da II Caravana Nacional de Direitos Humanos do Sistema Prisional brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, 2000.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça – DEPEN. *Quadro sintético da população carcerária nacional por Estado*. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/depen>>.

BRASIL, Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência do Sistema de Execução Penal – SUSEPE. *Projeto de Implantação dos Módulos de Respeito*, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n.º 7.210* de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.

CAMPOS, Teresinha de Jesus Moura Borges. *Das penas privativas de liberdade às penas alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

COSTA, Julio Cezar. *Prisões do Brasil*. Disponível em: <[http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/prisoos\\_brasil.pdf](http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/prisoos_brasil.pdf)>.

FERREIRA, Edson. *A segregação prisional como controle social e as lacunas da política pública na área penitenciária*, 2008, disponível em <[http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO\\_ENSAIO\\_SEGREGACAO.pdf](http://www.criminologiacritica.com.br/textos/ARTIGO_ENSAIO_SEGREGACAO.pdf)>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HANA, Marina. *Blog Arquitetando*, 2010, disponível em <<http://marinahana.blogspot.com/2010/09/panoptico.html>>.

HERING STORE. Seção de Sustentabilidade. Disponível em <<http://www.ciahering.com.br/site/public/uploads/tinymce/files/projetos.pdf>>.

MATTHEWS, Roger. *Um guia realista para a reforma prisional na América Latina*. Londres: London South Bank University, 2011.

PEW CENTER ON THE STATES. *Prision Count 2010: State Population Declines for the First Time in 38 Years* <[http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing\\_and\\_corrections/Prison\\_Count\\_2010.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedFiles/wwwpewtrustsorg/Reports/sentencing_and_corrections/Prison_Count_2010.pdf)>.

ROCHA, Humberto José. História da cadeia: breve estudo comparativo acerca da idealização do sistema penitenciário brasileiro a partir dos modelos norte-americano e europeu. *Revista Perspectiva*. Erechim: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, v.30, n.112, p. 81-92, 2006.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

VARELLA, Drauzio, 1943 – Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

## **APÊNDICE A – Ficha de entrevista com a Gerência do Módulo de Respeito de Aparecida de Goiânia**

Entrevistadora: Bruna Freitas de Carvalho

Entrevistada: Marly Quermes – Gerente de reintegração social da Superintendência do Sistema de Execução Penal.

Data da entrevista: 27 de maio de 2011.

Local: Complexo penitenciário de Aparecida de Goiânia - Goiás

### **O que é um Módulo de Respeito?**

**Marly Quermes** - É uma unidade em separado da área normal do presídio, dentro da qual o interno se insere de maneira voluntária, aceitando todas as normas previstas no regulamento do módulo. Ao ser candidatar a vaga para participar do programa, o preso passa por cinco etapas de triagem, nessa ordem: segurança, administrativa, psicológica, social e aceitação do contrato de forma voluntária.

### **Como surgiu o Módulo de Respeito?**

**Marly Quermes** - Módulo de respeito é um sistema de organização da vida dentro de uma prisão. O projeto foi desenvolvido na Europa e trazido para o Brasil pelo superintendente do Sistema de Execuções Penais do Estado de Goiás, Edilson Divino Brito.

Primeiramente, o projeto foi implantado no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia e hoje conta com outras 15 unidades em outras cidades e municípios do estado, que somadas, reúnem 500 presos participantes do nosso projeto.

### **Vocês possuem dados concretos referentes ao Módulo?**

**Marly Quermes** – Sim. Estamos completando 1 ano de projeto no dia 28 de julho deste ano e até o final do ano, estamos com fé que vamos atingir 40% de todo o sistema penitenciário do estado. Hoje a gente possui 17 módulos implantados e outros 15 em processo de implementação. A meta é colocar uma unidade do módulo em cada penitenciária do Goiás, o que vai dar uma quantidade mínima de 75 estações do módulo. No estado inteiro, o total de presos é estimado em 10 mil. Hoje nós temos 500 presos nos módulos, começamos com

só 80 participantes. Nossa intenção é expandir nossa área aqui em Aparecida, para poder abrigar mais detentos.

Hoje nós temos ainda uma unidade feminina, com 60 mulheres.

### **Qual o critério de seleção dos presos para participar do projeto?**

**Marly Quermes** – O módulo não é para todos detentos, primeiramente porque ele precisa querer e aceitar se submeter ao regime que a gente impõe a eles. Aqui todos têm que trabalhar durante o dia e lhes é proporcionado estudar à noite, exceto quem já completou o ensino médio, que nesse caso pode se dedicar a outras atividades como leitura ou assistir televisão sem atrapalhar aqueles que estão na escola da prisão.

Temos uma parceria com a Unifan, que desde 2008 já disponibilizou 20 bolsas de estudo para os presos do semi aberto e aberto, e temos 20 presos estudando matemática, história, ciências contábeis, administração de empresas, pedagogia, sistemas para informática e até Direito! Agora queremos trazer o curso superior para dentro do nosso Módulo de Respeito, com direito a vestibular e tudo! Já estamos negociando uma parceira com a Universidade Federal do Goiás.

### **Como funciona o trabalho dentro do Módulo de Respeito?**

**Marly Quermes** – Dentro de cada unidade, é instalada uma fábrica. Aqui no caso de Aparecida de Goiânia, nós temos uma unidade da marca de roupas Hering. Os internos trabalham 8 horas por dia, no processo de etiquetar e embalar as roupas que chegam até aqui já prontas. Aqui todos ganham pelo trabalho. O ganho é para ele e para a família dele, então, de certa forma, essa renda se reverte para a comunidade.

A empresa é empregadora direta deles, e o sistema de trabalho tem que se aproximar ao máximo do que é vivenciado fora do presídio pelo trabalhador comum. Assim, a empresa aqui dentro faz controle de produção, verifica o estoque e cobra os empregados, assim como faria numa confecção fora da prisão.

Esse sistema de trabalho oferece vantagens para a empresa, que não tem que arcar com todos os encargos trabalhistas que um empregado comum geraria, e para o preso, que tem a

oportunidade de gerar renda, se capacitar e se manter ocupado dentro do estabelecimento penitenciário. Estamos preparando os internos para o convívio com a sociedade.

### **Como funciona a seleção dos participantes?**

**Marly Quermes** – A gente apresenta o projeto para todos os presos do regime fechado, através de uma palestra que a gente dá, expondo todas as características do programa, as regras, os prós e os contras. Aqui não se pode usar drogas, não se pode falar palavrões e se recusar a participar da rotina do Módulo. Também deve-se chamar a todos pelo nome e não por codinomes ou apelidos agressivos. É uma maneira de resgatar a personalidade de cada um. Todo preso tem a opção de participar ou não, é voluntário.

Depois da palestra, os presos interessados se candidatam as vagas, que são exatamente correspondentes ao número de camas de cada alojamento. Aqui não é permitido a ninguém dormir no chão. Não admitimos lotação superior à projetada.

Depois que se candidatam, são submetidos ao nosso crivo, passando por cinco etapas: segurança, administrativa, psicológica, social e aceitação do contrato de forma voluntária.

### **Sobre estas cinco etapas, pode explicar melhor?**

**Marly Quermes** – A etapa de segurança é feita pelo diretor e pelos membros da segurança, e visa atestar que esse indivíduo não oferece risco para a segurança do projeto.

A etapa administrativa é feita por nós, administradores do projeto, que verificamos se esse preso de fato se enquadra no perfil que queremos para o programa, analisando o comportamento dele na prisão, o relacionamento com os colegas e funcionários, e principalmente, verificamos se ele quer largar o crime, se reeducar.

A análise psicológica é feita por um profissional colaborador do projeto, que analisa se esse preso quer mesmo participar do projeto ou se está mentindo apenas pra conseguir regalias.

A entrevista social é uma conversa com o presidiário para saber da boca dele se ele está disposto a entrar no projeto, aceitando as regras.



E finalmente, temos a assinatura do contrato, no qual o preso vai se comprometer conosco a cumprir os regulamentos.

### **Como vocês avaliam o comportamento dos internos?**

**Marly Quermes** – Todos os dias, um funcionário vai avaliar se todos estão cumprindo as regras. E eles também se cobram dentro dos grupos. O fato de a conduta individual interferir diretamente na rotina da coletividade faz com que os internos cobrem uns dos outros o cumprimento das regras, assim, é uma maneira de manter a ordem e organização dos alojamentos com a colaboração dos presos. As condutas exigíveis dos a um interno do Módulo de respeito não são extraordinárias ou extremamente rígidas.

Temos também as assembléias, que nos dão o retorno de como o projeto está sendo vivenciado por eles. Essas assembléias têm como objetivo incentivar o debate entre os internos, de forma organizada, regular, e sem a pressão que eles dizem sentir na presença dos agentes.

Nós percebemos claramente durante estas reuniões como eles estão mudados. Nos presídios comuns, fora do ambiente proporcionado pelo Módulo de Respeito, os presos se referem uns aos outros por apelidos que chegam a ser ofensivos ou pelos artigos nos quais foram incurso, além de dialogarem entre si com uma linguagem extremamente desrespeitosa. Muitos falam alto e pronunciam palavrões com frequência. Aqui no nosso projeto, estamos notando que isso tem diminuído. Eles estão mais educados e muito mais sociáveis.

### **Há algum tipo de assistência jurídica para os participantes?**

**Marly Quermes** – Temos a comissão de assistência jurídica. É muito comum que os presos peçam ajuda ao monitor da Comissão de Assistência Jurídica para verificar o andamento de seus recursos ou ainda indagam os profissionais juristas da Comissão quanto à pena que ainda devem cumprir. Em um modelo de prisão comum, é muito difícil que esse auxílio ocorra. Temos notícias de presos que precisam pagar agentes penitenciários para que lhes informem o andamento de seus processos.

### **Como é a estrutura de um alojamento?**

**Marly Quermes** – São oito camas, em formatos de beliches, de concreto, com colchões grossos em cima. Aqui ninguém dorme em colchonete. Os presos devem zelar pelo ambiente como se fosse, e na verdade é, sua casa! Devem limpar e organizar tudo sempre, de modo a ser verificado e aprovado pelo fiscal diariamente. Assim, a primeira coisa do dia é arrumar a cama e as roupas, mantendo todos os pertences organizados na prateleira destinada a cada um.

As paredes são brancas e assim devem ser mantidas. Nada de colar pôsteres, fotos ou escrever nas paredes.

Toda cela tem um pequeno banheiro, com um vaso, uma pia e um chuveiro. Todos têm que tomar banho e fazer sua higiene pessoal diariamente.

As peças de roupa tem quantidade limitada, devido ao espaço reduzido. Então, todo mundo tem a mesma quantidade de roupas e calçados, de qualidade equiparada, para não haver discriminações. No módulo, todos recebem tratamento igual, sem discriminações de qualquer tipo.

### **ANEXO A – Projeto de implantação dos Módulos de Respeito**

(Disponibilizado apenas na versão física, vez que não há ainda uma versão do projeto em arquivo online)